



Instituto Federal de Brasília

**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

2019/2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019 A 2023

BRASÍLIA-DF
JUNHO/2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Ariosto Antunes Culau

Reitor do Instituto Federal de Brasília
Wilson Conciani

EQUIPE GESTORA DO IFB

REITORIA

Reitor
Wilson Conciani

Chefe de gabinete da reitoria
Daniella Santiago Andrade

Pró-reitora de administração
Simone Cardoso dos Santos Penteado

Pró-reitor de ensino
Adílson César de Araújo

Pró-reitora de extensão e cultura
Cristiane Batista Salgado

Pró-reitora de gestão de pessoas
Maria Cristina Madeira da Silva

Pró-reitora de pesquisa e inovação
Luciana Miyoko Massukado

Diretora de comunicação
Sandra Maria Branchine

Diretora de planejamento e orçamento
Giovanna Megumi Ishida Tedesco

Diretora de tecnologia da informação
Edimaria Cerqueira Rodrigues Lamounier

CAMPI

Diretor geral do *campus* Brasília
Philippe Tshimanga Kabutakapa (2016/2019)
Patrícia Lima Albuquerque (2019/2023)

Diretor geral do *campus* Ceilândia
Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro (2014/2019)
Ricardo Frangiosi de Moura (2019/2023)

Diretor geral do *campus* Estrutural
Marcelo Silva Leite (2014/2019)
Giano Luís Copetti (2019/2023)

Diretor geral *campus* Gama
Rômulo Ramos Nobre Junior (2015/2019)
Reconduzido para (2019/2023)

Diretora geral *campus* Planaltina
Edilene Carvalho Santos Marchi (2015/2019)
Nilton Nélio Cometti (2019/2023)

Diretor geral *campus* Recanto das Emas
Germano Teixeira Cruz (2015/2019)
Reconduzido para (2019/2023)

Diretor geral *campus* Samambaia
Fernando Dantas de Araújo (2016/2019)
Paulo Henrique Silva Ribeiro (2019/2023)

Diretor geral *campus* Taguatinga
Leonardo Moreira Leodido (2014/2019)
Reconduzido para (2019/2023)

Diretor geral *campus* Riacho Fundo
Sérgio Barbosa Gomes (2014/2019)
Gervásio Barbosa Soares Neto (2019/2023)

Diretor geral *campus* São Sebastião
Fernando Barbosa Vito da Silva (2016/2019)
Robson Caldas de Oliveira (2019/2023)

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019/2023 DO IFB

COMISSÃO CENTRAL (Portaria nº 2.770, 02/10/2018)

Giovanna Megumi Ishida Tedesco
Presidente

Adilson César de Araújo
Vice-presidente

Wilson Conciani

Maria Cristina Madeira da Silva

Rodrigo Alfani

Simone Cardoso dos Santos Penteado

Luciana Miyoko Massukado

Philippe Tshimanga Kabutakapua

Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro

Marcelo Silva Leite

Rômulo Ramos Nobre Júnior

Edilene Carvalho Santos Marchi

Germano Teixeira Cruz

Sérgio Barbosa Gomes

Fernando Dantas de Araújo

Fernando Barbosa Vito da Silva

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO (Portaria nº 2.769, 02/10/2018)

Paulo Henrique Sales Wanderley
Presidente

Anderson Allan Almeida Galvão
Vice-presidente

Rachel de Camargo

Anderson da Silva Costa

Ana Cristina Moreira dos Santos

Daniella Santiago Andrade

COMISSÕES TEMÁTICAS
(Portaria nº 2.916, 05/11/218)

Eixo 1

Planejamento e avaliação institucional

Roberta Cantarela
Presidente

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Vice-presidente

Gilcemar da Silva Borges Junior

Glaucia Melasso Garcia de Carvalho

Eixo 2

Desenvolvimento institucional

Sonia Carvalho Leme Moura Veras
Presidente

Lucas Romano Oliveira de Souza
Vice-Presidente

Bruna Martins de Souza Benevides

Flávia Furtado Rainha Silveira

Marcus José da Cruz Palomo

Nivia Aniele Oliveira

Eixo 3

Políticas acadêmicas

Yvonete Bazbuz da Silva Santos
Presidente

Alessandra do Carmo Fonseca
Vice-presidente

Ana Lusa Knop Henriques Modesto

Bruno Cordeiro de Andrade

Carolina Goncalves de Souza

Conceição de Maria Cardoso Costa

Guilherme de Freitas Kubiszeski

Marcos Augusto Fonseca Rodrigues

Nayara Cristina da Silva

Raline Romaiany Oliveira Cardoso

Rayana Schneider

Renata Monteiro Soares

Rita de Cassia Mendonça

Robson Caldas de Oliveira

Rute Nogueira de Morais Bicalho

Vanessa Cristina da Silva

Eixo 4
Políticas de gestão

Adriana Fabiana Rodrigues
Presidente

Bruna Martins de Souza Benevides
Vice-presidente

Adriana de Souza Moura

Adriana do Socorro Tavares Silva

Edna Carvalho de Azevedo

Elizete Alves da Costa

Fernando Dantas de Araújo

Isaura Cintia Goncalves Lopes

Jackeline Portela Fontenele Carvalho

Leticia de Oliveira Lima Vilar

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Raquel Dos Santos Beckmann

Sarah Fragoso Braga

Vera Lucia Rial Gerpe

Wilson Barbosa de Brito Junior

Eixo 5
Infraestrutura física

Cristiane Jorge de Lima Bonfim
Presidente

Anderson da Silva Costa
Vice-presidente

Edimaria Cerqueira Rodrigues Lamounier

Girlane Maria Ferreira Florindo

Jeizyane Barrozo

Lucas Romano Oliveira de Souza

Izabel Cristina de Oliveira Campos

Janaina Cândida da Silva

COMISSÕES LOCAIS
(Portarias expedidas pelas direções gerais dos *campi*)

Campus Brasília

Cristiane Jorge de Lima Bonfim
Marcelo Machado Feres
Marcus José da Cruz Palomo
Rita de Cássia Mendonça
Ana Carolina Capuzzo de Melo
Cleide Lemes da Silva Cruz
Lucélia de Almeida Silva
Andreia e Silva Soares
Ronaldo Domingos Lopes Ribeiro
Lilian da Silva Manhães
Charles Eduardo Nunes Celestino
Larissa Souza de Castro
Roberta Miranda de Araújo
Alcino Marçal Almeida

Campus Ceilândia

Karen Cristina Alves Xavier
Bruno Cordeiro de Andrade
Ideilson de Oliveira Pereira
Marcos Augusto Fonseca
Nayara Cristina da Silva
Samuel Levi Araújo Alves
Conceição de Maria Cardoso Costa
Lucas Romano Oliveira de Souza
Rayana Kristina Schneider Barcelos
Nivia Jaqueline Pessoa de Borba
Andrea Araújo Moreira
Diana Maria Leopoldo de Araújo
Eduilson Pereira dos Santos
Pompylio Jerônimo de Lima

Campus Estrutural

Eneida Campos Felipe de Brites
Yuri César Rosa Toledo
Tiago Felipe de Oliveira Alves
Janaina Soares Lopes Barbosa
Henrique Sanjiro Yuzuki Farias
Samara França Martins
Rafaela Suzete Lopes Rodrigues
Moisés dos Santos Brandão
Carlos Henrique de Assis
Viviani Aglaice da Cova Lima
Deuvani Cândido Noletto

Campus Gama

Abiah Narumy Ido de Abreu e Nery
Ricardo Nogueira Viana Narcizo
Richardson dos Santos Almeida
Marcelo Daniel Ferreira Gomes
Wanderson da Silva Gonçalves
Elisama Pereira da Silva
Lanuzia Evaristo de Araújo

Campus Planaltina

Juliano Rosa Goncalves
Renato Monteiro
Suzy Dias Soares Cedraz
Marcus Vinicius Santana
Francisco Ferreira de Carvalho
Wesley Rodrigues Rosa
Getúlio Rodrigues Pereira Paiva
Francisco da Paz Mendes de Souza
Ramiro Ferreira de Souza Filho

Campus Recanto das Emas

Tiago Varella Negreiros
Leonardo Barbosa Rossato
Vladmir Ribeiro de Melo
Juliano Queiroz Grisolia de Oliveira
Emilly Oliveira Silva
Lucas da Silva Garcia
Daiane Mota Fernandes
Silvio Rangel da Silva Feitosa

Campus Riacho Fundo

César Eduardo Leite
Edson de Souza Cunha
Wilson Barbosa de Brito Júnior
Higor Silva Leite
André Rodrigues de Sá
Mickaelly Louzada Matos da Silva
Maria do Socorro G. Silva Menezes
Frederico Cardoso Alves de Souza

Campus Samambaia

Júlio Mangini Fernandes
Paulo Henrique Silva Ribeiro
Carlos Eduardo Paes Landim Ramos
Jocimar Alves de Macêdo
Andrea Araújo Chaves Martins
Mariana Carolina Alves Sales
Victor Hugo Soares Arantes
Karla Caroline Afiune Simões
Fábio Maciel

Campus São Sebastião

Guilherme Capistrano S. Stanzani
Marcos Antônio Andrade da Costa
Robson Caldas de Oliveira
Edvaldo Dias Carvalho Neto
Sérgio Kihoma de Britto Lopes
Ângela Costa do Amaral
Isabela Ketelin Oliveira Silva
Reinaldo Araújo Gregoldo
Getúlio Francisco Silva

Campus Taguatinga

José Gonçalo dos Santos
José Oliver Faustino Barreira
Lilian Marques Silva de S. Menezes
Maria do Carmo Pereira de Oliveira
Catarina Melo dos Prazeres
Izabela Prado Lourenço da Silva
Ana Paula Alves Rodrigues

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACG - Avaliação dos Cursos de Graduação
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
AVALIES - Avaliação das Instituições de Ensino Superior
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Colégio de Dirigentes
CEB - Câmara de Educação Básica
CEFET - Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGPL - Coordenação Geral de Planejamento
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
COET - Comissão de Ética
Consed - Conselho Editorial
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CS - Conselho Superior
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DF - Distrito Federal
DICOM - Diretoria de Comunicação Social
DOU - Diário Oficial da União
DRAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DREP - Diretoria de Ensino e Pesquisa
DRPO - Diretoria de Planejamento de Orçamento
DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
EAD - Educação a Distância
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ETF - Escolas Técnicas Federais
FCS - Fatores Críticos de Sucesso
FIC - Formação Inicial e Continuada
GDF - Governo do Distrito Federal
ICT - Instituição Científica e Tecnológica
IES - Instituição de Ensino Superior
IF - Instituto Federal
IFB - Instituto Federal de Brasília
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Apoio a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais
NBR - Norma Brasileira
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NR - Norma Regulamentadora
PAE - Política de Assistência Estudantil
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD - Pessoa com Deficiência
PCR - Pessoa com Cadeira de Rodas
PDC - Política de Desenvolvimento de Coleções
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMR - Pessoa com Mobilidade Reduzida
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projetos Pedagógicos dos Cursos
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRAD - Pró-reitora de Administração
PREN - Pró-reitora de Ensino
PREX - Pró-reitora de Extensão e Cultura
PRGP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI - Pró-reitora de Pesquisa e Inovação
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília
SIC - Sistema de Informações ao Cidadão
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de processos do planejamento estratégico	23
Figura 2 - Distribuição da população jovem do DF por Regiões Administrativas	35
Figura 3 - Percentual de jovens no DF com acesso à internet, segundo a faixa etária	35
Figura 4 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo tipo de escola e faixa etária	36
Figura 5 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo faixa etária e localidade de moradia.....	37
Figura 6 - Percentual de jovens no DF, com inserção produtiva, segundo faixa etária e localidade de moradia.....	38
Figura 7 - Percentual de jovens no DF que possuem trabalho remunerado, segundo setor de atividade e faixa etária	39
Figura 8 - Distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação.....	72
Figura 9 - Distribuição do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho ...	73
Figura 10 - Evolução do quadro docente do IFB entre os anos de 2013 e 2018	73
Figura 11 - Distribuição do quadro técnico do IFB em função de sua titulação.....	76
Figura 12 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2013 e 2018.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cronograma e atividades do processo de construção do PDI 2019/2023 ...	24
Tabela 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas	25
Tabela 3 - Planejamento da oferta de cursos técnicos	61
Tabela 4 - Planejamento de oferta de cursos de graduação.....	64
Tabela 5 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Lato Sensu</i>)	66
Tabela 6 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Stricto Sensu</i>)	67
Tabela 7 - Planejamento de oferta de cursos técnicos na modalidade EaD.....	68
Tabela 8 - Planejamento de oferta de cursos de graduação EAD.....	69
Tabela 9 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (<i>Stricto Sensu</i>) EaD..	70
Tabela 10 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC nº 246/2016.....	75
Tabela 11 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC nº 246/2016	77
Tabela 12 - Organograma do IFB	79
Tabela 13 - Demonstrativo da área geral do IFB, por Unidade Administrativa	93
Tabela 14 - Instalações físicas da Reitoria	94
Tabela 15 - Instalações físicas do <i>campus</i> Brasília.....	94
Tabela 16 - Instalações físicas do <i>campus</i> Ceilândia	94
Tabela 17 - Instalações físicas do <i>campus</i> Estrutural	95
Tabela 18 - Instalações físicas do <i>campus</i> Gama	95
Tabela 19 - Instalações físicas do <i>campus</i> Planaltina	96
Tabela 20 - Instalações físicas do <i>campus</i> Recanto das Emas	96
Tabela 21 - Instalações físicas do <i>campus</i> Riacho Fundo.....	97
Tabela 22 - Instalações físicas do <i>campus</i> Samambaia	98
Tabela 23 - Instalações físicas do <i>campus</i> São Sebastião	98
Tabela 24 - Instalações físicas do <i>campus</i> Taguatinga	99
Tabela 25 - Plano de Desenvolvimento Institucional - Sistema de Bibliotecas do IFB	101
Tabela 26 - Laboratórios do <i>campus</i> Brasília	103
Tabela 27 - Laboratórios do <i>campus</i> Ceilândia	104
Tabela 28 - Laboratórios do <i>campus</i> Estrutural	106
Tabela 29 - Laboratórios do <i>campus</i> Gama.....	109
Tabela 30 - Laboratórios do <i>campus</i> Planaltina	110
Tabela 31 - Laboratórios do <i>campus</i> Recanto das Emas.....	111

Tabela 32 - Laboratórios do <i>campus</i> Riacho Fundo	112
Tabela 33 - Laboratórios do <i>campus</i> Samambaia.....	112
Tabela 34 - Laboratórios do <i>campus</i> São Sebastião	115
Tabela 35 - Laboratórios do <i>campus</i> Taguatinga	116
Tabela 36 - Previsão orçamentária e cronograma de execução - 2019/2023	127
Tabela 37 - Previsão de recursos destinados à assistência ao educando	128

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
METODOLOGIA	20
I. DIAGNÓSTICO.....	21
II. 2ª CONFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DO PDI 2014/2018 DO IFB.....	21
III. FERRAMENTAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	22
IV. FLUXO DE PROCESSOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	23
V. CRONOGRAMA E ATIVIDADES.....	23
1. PERFIL INSTITUCIONAL	25
1.1. IDENTIFICAÇÃO	25
1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	26
1.3. MISSÃO.....	30
1.4. VISÃO.....	30
1.5. VALORES.....	30
1.6. OBJETIVOS E METAS	30
1.7. ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	31
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	33
2.1. INSERÇÃO REGIONAL.....	33
2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS GERAIS	40
2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	47
2.4. POLÍTICAS DE ENSINO	47
2.4.1. Política para Educação a Distância.....	50
2.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E CULTURA	53
2.6. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO.....	56
2.7. POLÍTICAS DE GESTÃO.....	59
2.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	60
3. CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS	61
3.1. CURSOS TÉCNICOS.....	61
3.2. CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	64
3.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (<i>LATO SENSU</i>)	66
3.4. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (<i>STRICTO SENSU</i>)	67
3.5. CURSOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	67
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	71
4.1. COMPOSIÇÃO	71
4.1.1. Perfil do corpo docente.....	71

4.1.2. Perfil do corpo técnico-administrativo	75
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	79
5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	79
5.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO	79
5.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS	80
5.3.1. Conselho Superior (CS).....	80
5.3.2. Colégio de Dirigentes (CD)	84
5.3.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)	85
5.3.4. Apoio às atividades acadêmicas.....	88
6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	89
6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	89
6.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E ÊXITO	90
6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	92
6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	92
7. INFRAESTRUTURA.....	93
7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	93
7.2. BIBLIOTECAS.....	100
7.3. LABORATÓRIOS.....	103
7.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL	117
7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	118
7.6. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA.....	120
8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .	121
8.1. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	121
8.1.1. Metodologia	122
8.1.2. Instrumentos externos.....	122
8.1.3. Instrumentos internos	123
8.1.4. Formas de participação da comunidade acadêmica	123
8.1.5. Formas de utilização dos resultados das avaliações	123
9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	125
9.1. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	125
9.1.1. Estratégia de gestão econômico-financeira	126
9.1.2. Planos de investimentos	126
9.1.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução.....	127
10. ANEXOS	129
ANEXO I - ORGANOGRAMA DO IFB (RESOLUÇÃO CS Nº 001/2017).....	129

ANEXO II – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	133
A) Mapa estratégico	133
B) Objetivos estratégicos e indicadores	134
C) Metas institucionais	137
REFERÊNCIAS.....	144

APRESENTAÇÃO

No início um planejamento robusto, aberto e muito trabalho. Agora, um planejamento estruturado, controlado e monitorado por sistemas eletrônicos. Nestes dez anos que marcam a criação do IFB, houve uma transição suave do ativismo para sua consolidação. São dez *campi*, cerca de 1300 servidores, mais de 120 mil estudantes já passaram por essa casa, centenas de projetos de pesquisa e extensão e alguns prêmios. Esse é o IFB que temos. Um IFB com grandes conquistas e muitos desafios.

Ao longo desses dez anos alguns pontos se destacam. As metas propostas pela lei de criação e os Acordos de Metas celebrados com o MEC e com o TCU foram todos cumpridos. Ao planejamento inicial de cinco *campi*, foram acrescentados mais cinco e finalmente conquistamos a sede própria para as atividades administrativas da reitoria. Enfim, o DF hoje tem uma instituição pública de Educação Profissional.

Gestão democrática e transparente, ações inclusivas, editais para acesso a programas e recursos, integração administrativa, participação dos técnico-administrativos em projetos de pesquisa e extensão, qualificação de servidores, comunicação externa, governo eletrônico, ConectaIF, internacionalização e prática profissional, são premissas coletivamente desenvolvidas pela comunidade ao longo da nossa existência e hoje são importantes marcos no processo de implantação e consolidação do IFB.

Hoje o IFB é almejado em todas as regiões administrativas do DF. A mudança de planos governamentais e os cortes orçamentários não permitiram essa ampliação. No entanto, a expansão é uma questão de reorganização interna por meio da Extensão e das ferramentas de Educação a Distância. Incluir os que não tem acesso à educação: Missão do IFB, consolidada em seu PDI.

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2019.

Wilson Conciani
Reitor do IFB

METODOLOGIA

A metodologia para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023 do Instituto Federal de Brasília (IFB) foi desenvolvida a partir da análise da metodologia utilizada na elaboração do PDI 2014/2018 do IFB, da revisão da legislação pertinente, do levantamento bibliográfico relacionado ao processo de elaboração do PDI dos Institutos Federais (IFs) que compõem a Rede Federal, além da análise da literatura relacionada às melhores práticas de Planejamento Estratégico.

A construção do PDI foi realizada pela comunidade. Todavia, em virtude das diversas temáticas a serem abordadas e dos inúmeros atores envolvidos, sua condução ficou a cargo da Comissão Central, com o apoio da Comissão de Planejamento Estratégico. Estas comissões deram suporte aos trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Temáticas e Comissões Locais, sendo estas últimas, as responsáveis por estarem à frente das discussões sobre a construção do PDI 2019/2023 nas unidades organizacionais do IFB.

Como nas edições anteriores, o processo de construção prezou pela transparência, publicidade e pela ampla participação da comunidade em todas as etapas de construção, promovendo o envolvimento dos docentes, técnicos-administrativos, discentes e da sociedade civil organizada em todas as suas atividades.

Para auxiliar a comunicação entre as comissões e agilizar o andamento das atividades, foram utilizados diversos instrumentos tecnológicos (formulários eletrônicos, e-mails institucionais, portal do IFB e redes sociais). Por meio da comunicação oficial da instituição, as comissões deram ampla publicidade às suas ações, disponibilizando agendas e cronogramas de atividades, bem como o andamento das etapas e resultados dos trabalhos realizados.

Em todo o processo, a equipe gestora, os servidores, os estudantes e a comunidade estiveram comprometidos e atuantes, seja por meio das ações

desenvolvidas pelas comissões temáticas e pelas comissões locais, ou ainda na disponibilização de material, das informações, de pessoal ou de infraestrutura.

I. DIAGNÓSTICO

Para subsidiar o trabalho das comissões e, principalmente, para conhecer a percepção da comunidade sobre o atual e futuro cenários da instituição, em setembro de 2018, durante o ConectaIF 2018, a Coordenação Geral de Planejamento (CGPL) aplicou a análise SWOT por meio de formulário eletrônico. Nesta consulta, a comunidade opinou sobre o que ela identifica como forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas à instituição.

Além da construção da Matriz SWOT, durante o ConectaIF, a CGPL montou um stand para apresentar à comunidade o planejamento institucional. Com distribuição de panfletos, atendimento pessoal, realização de dinâmicas com os participantes e atividades de formação, a equipe da CGPL apresentou o planejamento estratégico à comunidade do IFB e convidou os participantes a contribuírem na construção do PDI.

II. 2ª CONFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DO PDI 2014/2018 DO IFB

O ponto de partida do processo de elaboração do PDI 2019/2023 foi a 2ª Conferência para Avaliação do PDI 2014/2018 do IFB. Ela foi realizada no início de setembro de 2018 e teve por objetivos apresentar os resultados do Planejamento Estratégico e Educacional do IFB referente ao período de 2014 a 2018. Além de avaliar o alcance das metas e o cumprimento dos objetivos estratégicos, durante a conferência também foi apresentada a metodologia para elaboração do PDI 2019/2023 do IFB.

Na sequência, de posse das informações que foram apresentadas na 2ª Conferência, do diagnóstico institucional e da versão atualizada do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), foi realizada, em meados de setembro, a 1ª reunião para construção do PDI 2019/2023 do IFB. Esta atividade deu início às discussões com a

comunidade sobre o planejamento institucional e contribuiu para identificar as expectativas que a comunidade tem para a instituição para o próximo quinquênio.

III. FERRAMENTAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para melhor diagnosticar as necessidades institucionais na elaboração do Planejamento Estratégico, fez-se necessário o emprego de metodologias que contribuíssem para a construção do cenário atual e futuro da instituição, na perspectiva de auxiliar as comissões na definição das metas e ações que a instituição precisa desenvolver para alcançar os seus objetivos para o período de 2019 a 2023. Como referências foram utilizados os seguintes constructos:

- a) Análise do PDI 2014/2018 e de seus resultados: documento avaliado em uma conferência e resultados utilizados como insumo na construção do novo plano;
- b) Matriz SWOT: formulário eletrônico para que a comunidade (docentes, discentes, técnicos-administrativos) aponte as Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades. Tais informações foram utilizadas durante o processo de construção do novo PDI;
- c) Inventário das necessidades: de posse da matriz SWOT, as comissões elencaram as necessidades da instituição, base para uma lista preliminar de indicadores;
- d) Construção de cenários: estruturação de alternativas com a intenção de ganhar tempo e flexibilidade diante de possíveis mudanças de cenário político, governamental e econômico a médio e longo prazo;
- e) ForPDI: plataforma aberta para gestão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI de universidades federais e outras instituições públicas. Ferramenta de acompanhamento do PDI em tempo real, de forma colaborativa, eficiente, rápida e segura.

IV. FLUXO DE PROCESSOS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na perspectiva de consolidar uma gestão estratégica no IFB, buscando o aprimoramento da qualidade das atividades desenvolvidas e a participação de toda a comunidade na construção do PDI, foi apresentado o fluxo de elaboração do PDI, que teve como eixo principal a dinâmica conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxo de processos do planejamento estratégico



Fonte: CGPL/DRPO/RIFB

V. CRONOGRAMA E ATIVIDADES

Para orientar as atividades durante o processo de construção do PDI, a Comissão de Planejamento Estratégico elaborou um cronograma de atividades e apresentou à Comissão Central. Após discussões e ajustes pontuais, o cronograma foi aprovado e executado conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Cronograma e atividades do processo de construção do PDI 2019/2023

Descrição	Responsável	Data/Período
Apresentar a proposta de metodologia no colégio de dirigentes	CGPL/DRPO	08/06/2018
Constituir a comissão central e de planejamento estratégico	Reitoria	de 20/08/2018 a 24/08/2018
Capacitar as comissões central e de planejamento estratégico	Comissão de planejamento estratégico	de 27/08/2018 a 31/08/2018
Elaborar a logomarca do PDI 2019/2023 do IFB	Comissão de planejamento estratégico	de 25/06/2018 a 31/08/2018
Realizar o diagnóstico da situação atual da instituição	Comissão de planejamento estratégico	de 07/08/2018 a 31/08/2018
Realizar da 2ª Conferência para avaliação do PDI 2014/2018	Comissões central e de planejamento estratégico	04/09/2018
Realizar a 1ª reunião para construção do PDI 2019/2023 do IFB	Comissão de planejamento estratégico	05/09/2018
Constituir as comissões locais e temáticas	Reitoria e direções gerais dos <i>campi</i>	05/09/2018
Capacitar as comissões temáticas e locais	Comissão de planejamento estratégico	14/09/2018
Realizar encontros com a comunidade para discutir e construir o novo PDI	Comissões de planejamento estratégico, temáticas e locais	de 08/10/2018 a 28/11/2018
Compilar os textos do PDI com base nas discussões realizadas nos encontros com a comunidade	Comissões temáticas	de 05/11/2018 a 14/01/2019
Submeter a proposta inicial de minuta à comunidade acadêmica	Comissão de planejamento estratégico	de 15/02/2019 a 28/02/2019
Analisar as proposições e construção da minuta final	Comissões central e de organização	de 01/03/2019 a 10/03/2019
Submeter a versão final para apreciação do CS	Comissão central	de 11/03/2019 a 15/04/2019
Aprovar o PDI 2019/2023 do IFB	Conselho Superior	maio/2019
Publicação	Gabinete	maio/2019

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 2 - Identificação da instituição e de suas unidades administrativas

CNPJ	Razão social	Mantenedora	Lei de criação	Data de abertura	Endereço	Sítio
10.791.831/0001-82	Instituto Federal de Brasília	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco E, Asa Sul, Brasília/DF CEP 70.070-906	ifb.edu.br
10.791.831/0005-06	Instituto Federal de Brasília - Campus Brasília	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	SGAN 610, módulos D, E, F e G, Asa Norte, Brasília/DF CEP 70.830-450	ifb.edu.br/brasilia
10.791.831/0010-73	Instituto Federal de Brasília - Campus Ceilândia	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	QNN 26, área especial, Ceilândia/DF CEP 72.220-260	ifb.edu.br/campus-ceilandia
10.791.831/0011-54	Instituto Federal de Brasília - Campus Estrutural	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Área Especial nº 01, Quadra 16, SCIA, Estrutural/DF CEP 71.255-200	ifb.edu.br/campus-estrutural
10.791.831/0003-44	Instituto Federal de Brasília - Campus Gama	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades, Gama/DF CEP 72.429-005	ifb.edu.br/gama
10.791.831/0002-63	Instituto Federal de Brasília - Campus Planaltina	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-128, Km 21, Zona Rural de Planaltina, Planaltina/DF CEP 73.380-900	ifb.edu.br/planaltina
10.791.831/0007-78	Instituto Federal de Brasília - Campus Recanto das Emas	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Núcleo Rural Monjolo, Chácara 22, Recanto das Emas/DF CEP 72.620-100	ifb.edu.br/recantodasemas
10.791.831/0009-30	Instituto Federal de Brasília - Campus Riacho Fundo	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Avenida Cedro, AE 15, QS 16, Riacho Fundo I/DF CEP 71.826-006	ifb.edu.br/riachofundo
10.791.831/0006-97	Instituto Federal de Brasília - Campus Samambaia	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Rod. DF-460, Complexo Boca da Mata, Lote 01, Samambaia/DF CEP 72.304-300	ifb.edu.br/samambaia
10.791.831/0008-59	Instituto Federal de Brasília - Campus São Sebastião	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	Área Especial 2, Bairro São Bartolomeu, São Sebastião/DF CEP 71.697-040	ifb.edu.br/saosebastiao
10.791.831/0004-25	Instituto Federal de Brasília - Campus Taguatinga	Ministério da Educação	Lei 11.892/2008	29/12/2008	QNM 40, Área Especial nº 01, Taguatinga/DF CEP 72.146-000	ifb.edu.br/taguatinga

1.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), homologado em 2007, tinha como objetivo a melhoria da educação brasileira em todas as etapas e níveis, em um prazo de 15 anos, sendo a Educação Básica – Ensino Infantil até o Ensino Médio, a prioridade naquele momento. Com isso, uma das ações do PNE era a reorganização do modelo de educação profissional por meio dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET).

Essa organização de ensino, no Brasil, teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, cujo objetivo era prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência. Isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa, com duas exceções apenas. Nesse sentido, é certo que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices associavam-se a qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social, pessoas potencialmente mais sensíveis à aquisição de vícios e hábitos “nocivos” à sociedade e à construção da nação. (BRASIL, 2010, p.10). Desde então, houve uma sucessão de mudanças na oferta do ensino técnico na rede de educação profissional, científica e tecnológica.

Com a transformação da economia brasileira entre 1930 a 1945, a indústria passou a demandar mão de obra qualificada e as escolas técnicas foram se vinculando às políticas de desenvolvimento econômico e, a partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, ofereciam a formação profissional em nível equivalente ao secundário.

Em 1959, essas escolas industriais passaram a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais (ETF) e ganharam autonomia didática e de gestão. Nesse período, foi intensificada a formação de técnicos em razão da aceleração do processo de industrialização no país (BRASIL, 2010).

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) transformou os currículos do segundo grau em técnico-profissional, com o objetivo de formar técnicos sob regime de urgência. Nesse tempo, as ETF aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos. Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET).

Na década de 1990, com a nova configuração da economia mundial no cenário da globalização, houve, mais uma vez, a necessidade de reorganizar a educação e, em 1994, a Lei Federal nº 8.984 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e transformou todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e abriu caminho para que as Escolas Agrotécnicas Federais fossem integradas a esse processo. Somente em 1999, os CEFET foram implantados.

Em 2003, foram editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica, tendo sido homologado o Decreto nº 5.154/04, que estabelece as diretrizes e bases da educação profissional no país.

No Distrito Federal, a Lei nº 11.534/2007 criou a Escola Técnica Federal – ETF/BSB, viabilizada pela incorporação do centro de Educação Profissional Colégio Agrícola de Brasília à União, tornando-se a primeira unidade de Ensino descentralizada da ETF/BSB.

Com a homologação do PNE para a primeira década deste Século XXI, no final do ano de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF, por meio da Lei nº 11.892/2008. No Distrito Federal (DF), houve a transformação da ETF/BSB em Instituto Federal de Brasília. Na época, seu quadro de pessoal efetivo contava com 52 servidores técnicos e docentes, distribuídos nas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) Planaltina e na Direção Geral.

Em janeiro de 2009, foi iniciado o processo para implantação de outros *campi* do IFB - Samambaia, Gama, Brasília e Taguatinga - e reincorporada a UNED Planaltina à nova concepção de educação profissional, científica e tecnológica.

A implantação desses campi impulsionou a efetivação de acordos de cooperação com o Governo do Distrito Federal (GDF) e outras instituições para cessão de espaços em escolas do GDF, como o Centro Educacional GISNO, o CENTRO DE Ensino Médio (CEM) de São Sebastião, o Centro Educacional (CED) 07 de Taguatinga, a Biblioteca Central do Gama, o edifício da União em Taguatinga Centro e o SEST/SENAT de Samambaia.

No final do ano de 2009, foram feitas novas nomeações de servidores e teve início a licitação das obras dos campi definitivos do IFB.

Diferentemente dos demais institutos da Rede Federal, os primeiros cursos ofertados pelo IFB foram de Formação Inicial e Continuada (FIC), nos *campi* em implantação. Os cursos de ensino médio integrado ofertados pela ETF/BSB tiveram oferta continuada no campus Planaltina, onde se iniciou o primeiro curso superior tecnológico do IFB - Tecnólogo em Agroecologia.

Dando continuidade às ações de implantação de nosso instituto, foram alugados imóveis para os campi Samambaia e Brasília, o que possibilitou, juntamente com a contratação de novos servidores, a abertura de novos cursos técnicos. O campus Gama, ainda em sede provisória à época, iniciou a oferta de cursos técnicos.

Nos anos de 2010 e 2011, a situação econômica do Brasil continuava melhorando, e, com isso, ampliava-se a oferta de empregos, consolidava-se a ascensão social das classes menos favorecidas e elevava-se a necessidade de mão de obra qualificada. Como consequência desse cenário e por haver pouca oferta de cursos de formação técnica no DF, o IFB foi impulsionado pelos diversos setores da sociedade civil a expandir-se para outras regiões administrativas, entre elas, Riacho Fundo, São

Sebastião, Ceilândia, Estrutural e Taguatinga Centro. Com isso, ampliou-se a oferta das vagas, o que possibilitou a consolidação da metodologia de audiências públicas para a definição das áreas de formação a serem trabalhadas por cada *campus* e seus respectivos eixos tecnológicos.

Ainda no ano de 2011, os *campi* Riacho Fundo, São Sebastião e Taguatinga Centro iniciaram suas atividades. Este último tinha como principal objetivo implantar o Centro Nacional de Referência do Programa Mulheres Mil, com ações de formação profissional para mulheres em condições de grande vulnerabilidade social. Em 2012, o IFB estava estruturado em 10 *campi*, e apenas o *campus* Taguatinga Centro funcionava em sede provisória.

Em 2013, ao completar 5 anos, o IFB ofertava mais de 4 mil vagas anuais e possuía 18.000 alunos matriculados, incluindo os alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e dos cursos de Educação a Distância (EaD). Em 2014, o IFB ofertou 5.371 vagas para seus diversos cursos e foi aberto, no sistema e-MEC, o processo de credenciamento da instituição.

Em 2015, os alunos do curso de Gestão Pública do IFB realizaram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), tendo sido a primeira efetiva participação da Instituição nesse exame, cujo resultado foi 4, de uma escala de 1 a 5. No ano de 2015, o Índice Geral de Cursos (IGC) do IFB também foi 4, demonstrando a qualidade do ensino ofertado. Até o final de 2016, o IFB já tinha quatro cursos superiores reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e quatro em processo de reconhecimento.

Ao longo desses dez anos, os *campi* foram estruturando seus espaços e, além da expansão física, houve ampliação na oferta de cursos. Institucionalmente, o IFB oferece 14 cursos técnicos integrados, 22 cursos técnicos subsequentes, 6 cursos técnicos PROEJA, 1 curso técnico subsequente EaD, 25 cursos superiores, 6 cursos de especialização e 1 mestrado profissional.

1.3. MISSÃO

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

1.4. VISÃO

Consolidar-se no DF como instituição pública de excelência em Educação Profissional e Tecnológica, pesquisa aplicada e extensão, ofertante de formação inovadora, inclusiva, pautada no respeito à diversidade e à sustentabilidade, de forma integrada com a sociedade.

1.5. VALORES

- Ética;
- Educação como bem público gratuito e de qualidade;
- Formação crítica, emancipatória e cidadã;
- Gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração;
- Respeito à diversidade e à dignidade humana;
- Promoção da inclusão;
- Inovação;
- Sustentabilidade econômica e socioambiental.

1.6. OBJETIVOS E METAS

Os objetivos do IFB estão em conformidade com a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, e, de acordo com seu Estatuto, são os que seguem:

- I. Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração e trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Estimular, fomentar e realizar a pesquisa científica, visando a consolidação de cursos de pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;
- VII. Ministrando cursos, em nível de educação superior; e
- VIII. Ofertar cursos em nível de pós-graduação.

Para melhor organização do documento, o mapa estratégico, os objetivos estratégicos, os indicadores bem como as metas institucionais encontram-se no Anexo II – Planejamento Estratégico.

1.7. ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Brasília, é uma instituição pública integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com ação pluricurricular e multicampi, atuando no desenvolvimento de programas de ensino, nos níveis básicos,

por meio da oferta de cursos de nível médio integrado e subsequente, de nível superior, por meio dos cursos de graduação tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado. Atua ainda no campo da pesquisa, desenvolvimento e inovação e na extensão e na cultura, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento.

Por meio da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, contribui para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do DF e da região Centro-Oeste do Brasil.

Em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, distribuídos em suas 10 unidades, o IFB oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente, saúde e segurança; controle de processos industriais; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; informação e comunicação; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial.

Em consonância com a legislação e com as demandas sociais, o IFB atua ainda na formação de profissionais nas áreas de linguagens códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. INSERÇÃO REGIONAL

O IFB está localizado no Distrito Federal (DF), território autônomo de 5.802 km², dividido em 31 Regiões Administrativas (RA) - Plano Piloto, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, *Park Way*, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapuã, SIA, Vicente Pires, Fercal, sendo Brasília a sede do governo do DF. Juntas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Distrito Federal passou entre 2015 e agosto de 2016, de 2.914.830 moradores para 2.977.216.

Os dez *campi* do IFB estão inseridos nas seguintes Regiões Administrativas: Brasília, constituída pelo Plano Piloto - Asas Norte e Sul -, somando 14,3 quilômetros de extensão; Ceilândia, distante 24 km do Plano Piloto, com uma área de 232 km²; Estrutural é parte do SCIA e fica a 10 km do Plano Piloto; Gama distante, aproximadamente, 30 km do Plano Piloto, com 377,60 km²; Planaltina, atualmente, com área de 1.537,16 km², divididas em duas subadministrações regionais, Arapoanga e Vale do Amanhecer; Recanto das Emas, distante 34 km da rodoviária do plano piloto, com 101,5 km²; Riacho Fundo, localizada a 18 km da Rodoviária do Plano Piloto, com 54,53 km²; Samambaia, distante 28 km do Plano Piloto e com 106 km² de área, distribuídas em setores que vão desde o de Mansões Leste até a Vila Roriz, onde estão as construções mais populares; São Sebastião, que dista 30 km da Rodoviária do Plano Piloto, e possui uma área de 383,18 km²; Taguatinga, com área de 121,34 km².

Segundo o Anuário estatístico do DF, a renda média das famílias é de 2,10 salários mínimos, sendo as regiões do SCIA/Estrutural, Fercal, Varjão, Itapuã e Paranoá

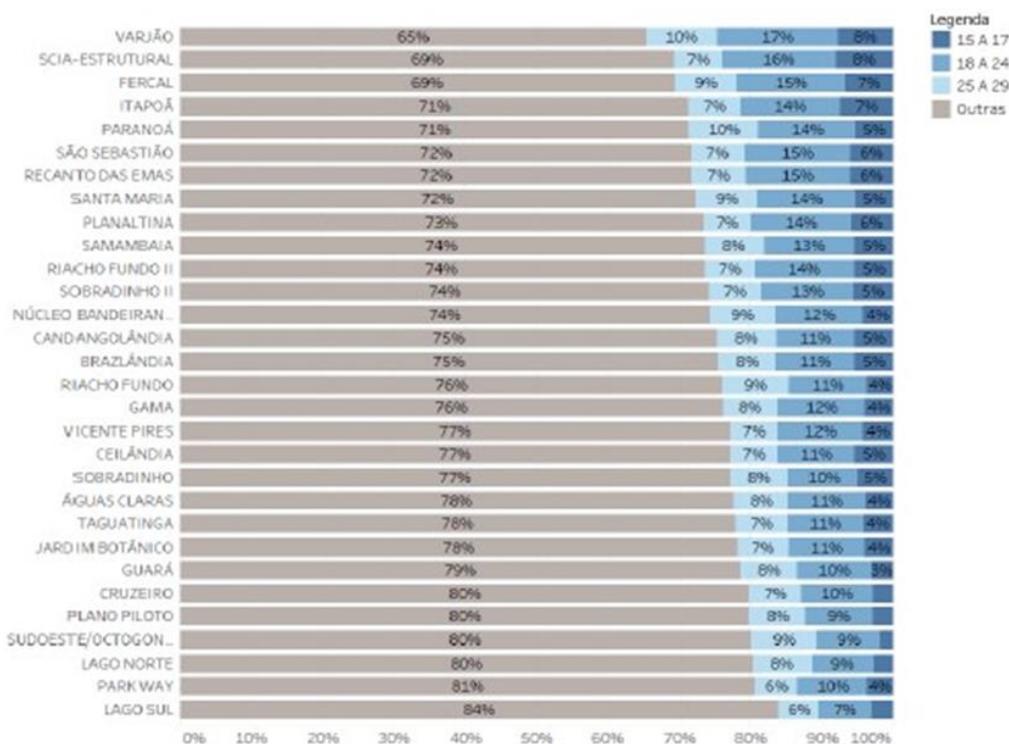
as com menor renda média mensal de, aproximadamente, 0,8 salários mínimos. Em 2015, a taxa de desemprego no DF, em média, era de 12,1% da população ativa.

Os dados a seguir foram extraídos do estudo realizado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), sobre o perfil da juventude do Distrito Federal, a partir dos dados levantados na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2015 e 2016. De acordo com o estudo, o DF possui 700 mil jovens, 24,1% dos 2,9 milhões de habitantes. Em números absolutos, Ceilândia possui o maior número de jovens, 109 mil. No entanto, as regiões com as maiores proporções de população jovem são: Varjão (34,5%), SCIA/Estrutural (31%) e Fercal (36%). Já regiões como Lago Sul, *Park Way* e Lago Norte apresentam as menores proporções de população jovem, 16%, 19,3% e 19,7%, respectivamente.

Esse estudo sobre o perfil da juventude do DF seguiu a classificação dos jovens estabelecida a partir de 2013, no Brasil, que delimitou “juventude” a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos. A Codeplan dividiu essa faixa etária em três fases, conforme segue: 15 a 17 anos - o jovem é classificado como adolescente, protegido integralmente pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), cursando ainda, a educação básica, mas podendo participar do mercado formal de trabalho como jovem aprendiz; 18 a 24 anos fase em que, normalmente, finaliza a educação básica, iniciando, em alguns casos, a formação universitária ou técnica; 25 a 29 anos - a autonomia do indivíduo se consolida e, normalmente, está matriculado em curso de nível superior e entrando no mercado de trabalho formal.

A Figura 2 (CODEPLAN, 2016) demonstra a distribuição percentual da população jovem do DF por Região Administrativa, organizadas e hierarquizadas em ordem decrescente da proporção dos jovens residentes nas respectivas regiões.

Figura 2 - Distribuição da população jovem do DF por Regiões Administrativas



Fonte: Codeplan, 2016, p. 8.

As maiores taxas de população jovem do DF encontram-se nas RA do Varjão, do SCIA/Estrutural e na Fercal. Essas três regiões concentram, também, os maiores índices de jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos.

Sobre o acesso dos jovens à internet, o estudo da Codeplan apresentou os dados que constam da Figura 3, revelando informações que podem servir, inclusive, para reflexões sobre o acesso virtual aos estudos. De acordo com a Figura 3, aproximadamente 90% dos jovens do DF tem acesso à internet.

Figura 3 - Percentual de jovens no DF com acesso à internet, segundo a faixa etária



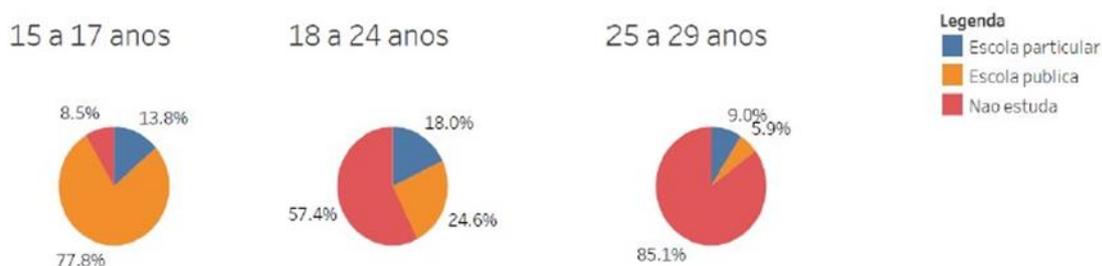
Fonte: Codeplan, 2016, p. 15.

De acordo com levantamentos realizados nos sistemas federais e-MEC, INEP e SISTEC, em fevereiro de 2019, o Distrito Federal contabilizava 96 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 17 públicas e 79 privadas. Das 131 instituições que ofertam ensino médio, 94 eram públicas e 37 privadas e, das 139 instituições de que ofertam educação profissional, 26 são públicas e 113 são privadas.

O estudo também mostra o perfil educacional dos estudantes, levando-se em consideração que o “esperado” para os jovens de 15 a 17 anos deveria ser a frequência ao Ensino Médio, para os de faixa etária de 18 a 24 anos, o Ensino Superior, e os de 25 a 29 anos, a Pós-Graduação. De acordo com essa pesquisa, em 2015, no DF, 8,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola, 13,8% frequentavam escola particular e 77,8% a escola pública. Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, o percentual de jovens fora da escola é bem maior, 57,4% e 85,1%, respectivamente.

Os dados da Figura 4 demonstram o perfil educacional no que se refere ao tipo de escola que frequenta.

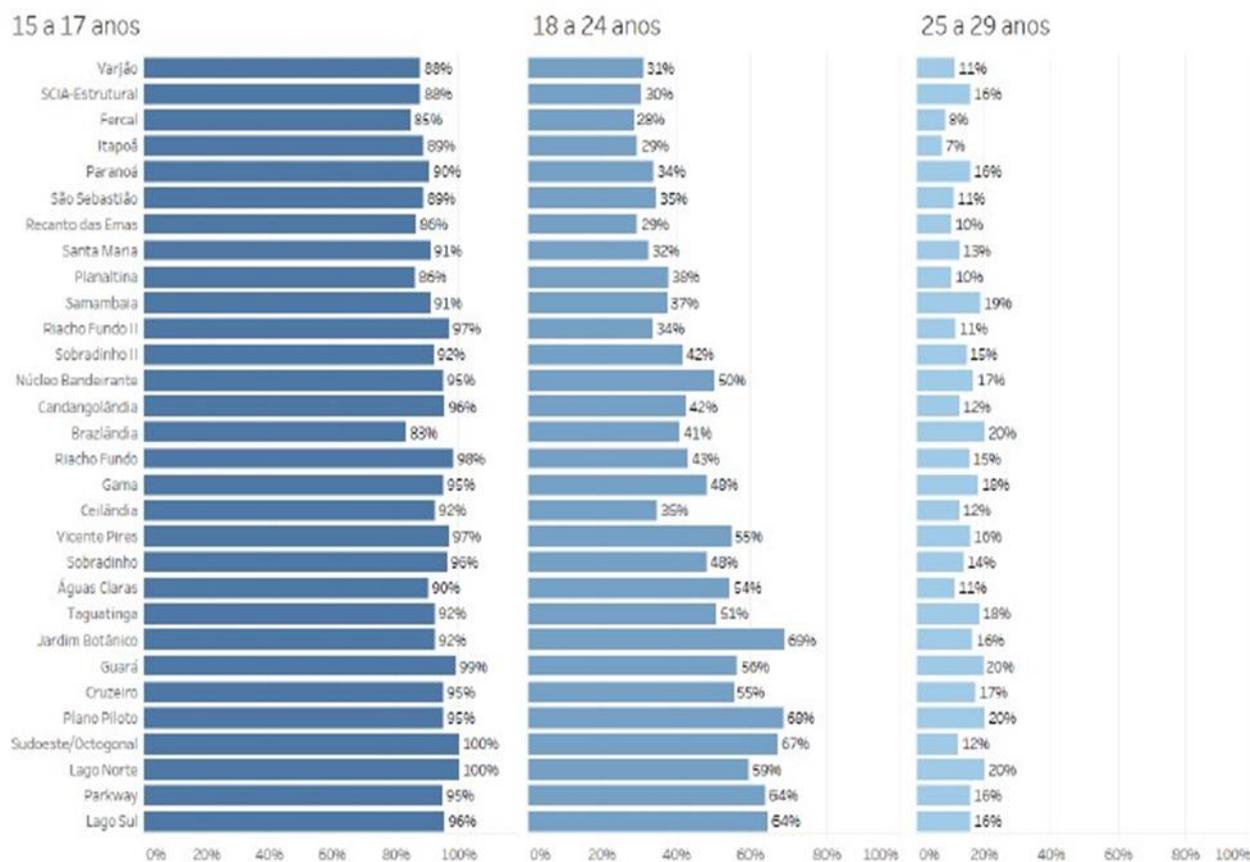
Figura 4 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo tipo de escola e faixa etária



Fonte: Codeplan, 2016, p. 17.

Ainda sobre a frequência à escola, o estudo revela que algumas RA do DF possuem percentuais ainda maiores de estudantes de 15 a 17 anos fora de atividades educacionais, como, por exemplo, Brazlândia, Fercal, Recanto das Emas e Planaltina, conforme Figura 5.

Figura 5 - Percentual de jovens no DF que frequentam escola regular, segundo faixa etária e localidade de moradia



Fonte: Codeplan, 2016, p. 18.

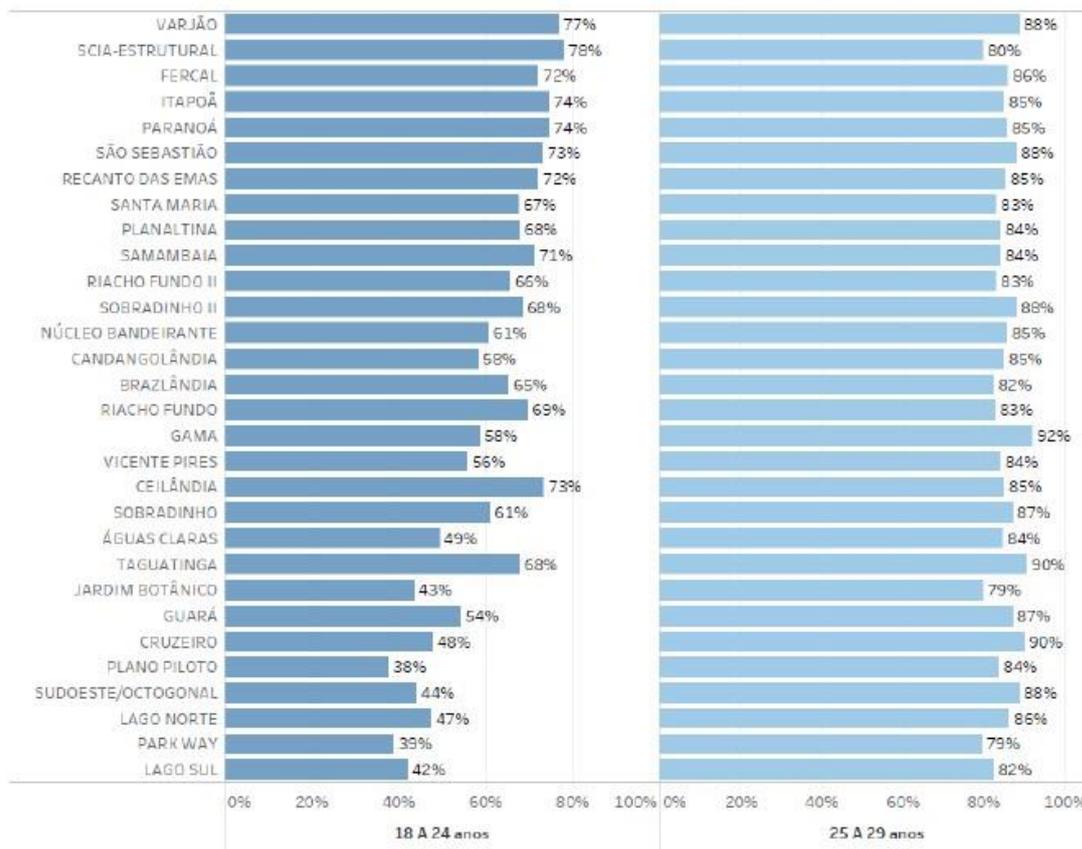
Na faixa etária de 18 a 24 anos, de acordo com a Figura 5, o percentual de jovens que frequenta escola regular varia muito, sendo Plano Piloto e Jardim Botânico as RA com maior percentual, e Itapoã e Recanto das Emas as RA com menor.

Em relação à quantidade de jovens com inserção produtiva, isto é, os que estavam trabalhando ou desempregados no momento do estudo realizado pela PDAD, a pesquisa mostra que, na faixa etária de 18 a 24 anos, observou-se uma diferença da inserção produtiva entre os jovens das regiões com maior poder aquisitivo e as com menor poder aquisitivo.

Conforme Figura 6, no Varjão, Estrutural, Fercal, Itapoã, Paranoá, São Sebastião e Recanto das Emas, mais de 70% dos jovens de 18 a 24 anos estão inseridos no

mercado de trabalho. Já os jovens moradores do Plano Piloto e do Park Way são os que somam menor percentual de inserção produtiva, 38% e 39%, respectivamente.

Figura 6 - Percentual de jovens no DF, com inserção produtiva, segundo faixa etária e localidade de moradia



Fonte: Codeplan, 2016, p.22.

Ainda de acordo com o estudo da Codeplan, 46% dos jovens na faixa etária entre 18 a 24 anos possuem atividade remunerada, e 70% dos jovens da faixa etária entre 25 a 29 possuem atividade remunerada (Figura 7). Esses jovens trabalham no comércio (22,5%), na administração pública (11,3%), na construção e indústria (3,7%), e em outras atividades (32,9%), estas voltadas para os setores de saúde, educação, comunicação e informação, serviços pessoais e serviços domésticos.

Figura 7 - Percentual de jovens no DF que possuem trabalho remunerado, segundo setor de atividade e faixa etária



Fonte: Codeplan, 2016, p. 24.

Quanto aos dados culturais do DF, em 2015, essa região possuía 593 bibliotecas escolares, de acordo com o Anuário Estatístico do DF. Segundo o Anuário, em 2015, a Secretaria de Estado da Educação (SEE) possuía 679.227 estudantes matriculados, sendo que, destes, 111.719 eram do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2015, a Secretaria de Educação possuía 52.114 estudantes, dos quais aproximadamente 13,5% estavam matriculados no turno matutino e 86,5%, no noturno. O SENAC, nesse mesmo ano, possuía 19.896 estudantes matriculados em cursos profissionalizantes.

Sobre a economia de nossa região, de acordo com o Anuário, as principais vocações produtivas são construção civil, indústrias gráfica e de vestuário, estando no DF o maior PIB per capita do país (R\$ 61.548,00). Esse número é promissor e sugere uma estabilidade para a expansão da economia local, sustentada, principalmente, pelo funcionalismo público e pelo movimento dos setores de serviço e comércio, que concentram 93% da economia do DF. O setor de serviços, tem crescido em torno de 2,5% ao ano.

Esses dados sobre o perfil do jovem do DF auxiliam o IFB a ratificar seus objetivos de inclusão de jovens para que possam ter maiores possibilidades no mundo do trabalho.

2.2. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS GERAIS

Durante o processo de construção do Projeto Político Institucional (PPI), a comunidade discutiu e pactuou que as ações do IFB deveriam ser norteadas em função de nove princípios fundamentais, a saber:

I. Gratuidade do ensino

Este princípio está contemplado na Constituição Federal (CF) de 1988 como um dos direitos fundamentais da população brasileira. Inserido no âmbito da dignidade da pessoa humana, o direito à educação tem por objetivo contribuir, entre outros, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Dessa forma, de acordo com a CF, a educação é dever do Estado e da família e tem a finalidade de garantir o desenvolvimento do indivíduo e sua qualificação a fim de se tornar um cidadão crítico e de ser inserido no mundo do trabalho. Nesse sentido, cabe ao Estado oferecer ensino regular gratuito e promover condições de acesso de todo cidadão brasileiro à educação.

Corroborando esse entendimento, o artigo 4º da LDB também discorre sobre o dever do Estado em oferecer ensino gratuito aos cidadãos brasileiros. Dessa maneira, por ser uma instituição pública do Sistema Federal de Ensino, um dos princípios norteadores das ações do IFB é a oferta de ensino público e gratuito.

II. Gestão democrática do ensino e transparência administrativa

Na perspectiva de afirmar o caráter público da escola, é necessário exercitar quatro elementos constitutivos importantes na construção de um processo de gestão democrática: participação, autonomia, pluralismo e transparência. Cada um desses elementos tem sua relevância por si só, e, juntos, colaboram para a ampliação do entendimento de como se articula e se manifesta uma educação democrática, que considera, realmente, a comunidade escolar.

A participação da comunidade escolar nas instâncias de decisão tem de ser garantida a todos por meio da valorização de diferentes canais (Conselho Superior, Conselho Gestor, Colegiados, Representações dos Estudantes (Grêmios, DA, DCE), Fóruns, Assembleias, dentre outros) e, assim, facilitar e estimular a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisão que interferem nos rumos da educação, tanto na vida escolar como na definição das políticas educacionais do IFB.

A autonomia caracteriza-se como mais um elemento constitutivo e indispensável para a democratização da educação, sendo ela fundamental no processo de construção da identidade das instituições. A autonomia não pode ser confundida com isolamento, sendo feita a partir das múltiplas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que compõem o processo educativo e a Instituição como um todo. A construção coletiva do PPP, do PPI e do PDI expressa a autonomia da comunidade escolar sendo fator decisivo para afirmação da identidade institucional.

O Pluralismo relaciona-se com a necessidade de se ter uma cultura organizacional democrática e favorável às aprendizagens, ao crescimento pessoal, profissional e institucional. Dessa forma, o pluralismo refere-se à necessidade de construção de um ambiente escolar pautado no respeito à diversidade de pensar e de opiniões, no respeito às minorias, à pluralidade de ideias. O pluralismo como elemento constitutivo da gestão democrática caracteriza-se como negação da imposição do pensamento único, de propostas ancoradas em regime de verdades, sendo uma tentativa de construção de projetos e diretrizes educacionais por meio de acordos possíveis, a partir do diálogo, primando pelo exercício cotidiano da arte da conversação entre os diferentes sujeitos que fazem parte da comunidade escolar.

A transparência é o elemento constitutivo da gestão democrática responsável por afirmar o sentido público da educação, devendo nortear as ações dos profissionais da educação e da gestão nos diferentes espaços existentes do IFB. Refere-se à prestação de conta dos atos e procedimentos da gestão e dos profissionais da

educação perante à comunidade escolar, sendo imprescindível na construção de formas de controle social sobre a esfera pública, pois a educação é uma prática social que exige relações dialógicas, abertas e públicas.

O PPI compreende que a democratização da escola é uma construção social e processual que envolve novas formas de relações entre os diferentes sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar, bem como passa pela afirmação de espaços de participação da comunidade escolar nas discussões que interferem nos rumos da escola e das políticas educacionais do IFB. Nesse sentido, a gestão democrática para ser efetivada no IFB depende não só da existência de mecanismos formais já criados, mas de sua revitalização e da criação de novos canais de participação que venham ampliar as formas de controle social da comunidade sobre a esfera pública e no direcionamento coletivo das políticas educacionais do IFB. Uma vez que participação é conquistada, a consolidação da gestão democrática da educação deve ser assumida como política pública na defesa de um projeto de educação comprometido com a emancipação humana e com o desenvolvimento social, econômico e soberano da sociedade brasileira.

III. Vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e as práticas sociais

Este princípio é proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e estabelece que a educação deve estar vinculada não só ao mundo do trabalho como também à prática social. Nesse sentido, a vinculação da educação com o mundo do trabalho e as práticas sociais propicia ao educando a interação com a realidade social, levando-o a ser agente transformador.

As práticas sociais são compreendidas como todas as atividades e procedimentos convencionalmente legitimados pela sociedade, presentes nos eventos cotidianos, que levam os cidadãos a agirem socialmente, e são, conseqüentemente, influenciadas pelas tradições, pelas crenças, pelas ideologias e pelas tradições das diversas comunidades. Para o IFB, a formação do cidadão deve levá-lo a refletir sobre

a relação dialógica existente entre essas práticas sociais do cotidiano e as estruturas sociais. Dessa forma, a compreensão desse processo dialógico levará ao desenvolvimento de um cidadão crítico, capaz de agir socialmente nos diversos cenários e campos do mundo do trabalho e de transformar os contextos sociais em que está inserido. Para Guiddens (1991), as práticas sociais são alteradas constantemente em razão da ação dos atores sociais na sociedade. Considerar as práticas sociais do cotidiano e aquelas inerentes à realidade do mundo do trabalho é estabelecer, constantemente, o vínculo entre a educação e o poder de agência dos cidadãos na transformação da sociedade.

IV. Verticalização do ensino e indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão

Este princípio constitucional estabelece a importância de o IFB ter como parâmetro da formação de seus estudantes a atitude reflexiva e de problematização do processo de ensino, possibilitando a articulação dos componentes curriculares com os processos de investigação e de intervenção junto à sociedade. Nesse sentido, a formação do profissional se dá pela produção de conhecimentos fundamentada na criatividade, na ação investigativa e na reflexão crítica da realidade. De acordo com o estabelecido no Inciso III, Artigo 6º da Lei 11.892/20108, os institutos têm por finalidade: “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”.

Para tanto, as políticas de ensino, de pesquisa e inovação, e de extensão e cultura buscam articular projetos interventivos a fim de levar a comunidade acadêmica a desenvolver atitudes críticas, reflexivas e problematizadoras da realidade em que vivem, levando, assim, o estudante a atuar não só como sujeito de sua aprendizagem como também transformador dessa realidade. Essa articulação dos projetos interventivos também é possível a partir da oferta de cursos em diferentes níveis de

ensino, permitindo ao cidadão a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos acadêmicos.

V. Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola

A constituição de 1998 estabelece em seu artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios norteadores das ações de ensino no Brasil. Essa visão é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Conclui-se, assim, que deve ser garantido a todos o direito de acesso ao ambiente escolar, de forma que o ingresso de estudantes deve basear-se em ações de caráter inclusivo, abolindo práticas que criem barreiras de acesso para aqueles historicamente excluídos do processo educacional formal. Além disso, buscando garantir condições igualitárias de permanência do estudante, devem ser realizadas ações voltadas à sua inclusão social, à produção de conhecimento, à melhoria do desempenho escolar, ao provimento de condições de acessibilidade e à melhoria da qualidade de vida, prioritariamente àqueles com maior índice de vulnerabilidade social.

VI. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas

Este princípio considera o IFB como um espaço democrático, onde diferentes modos de compreender a realidade devem coexistir. Contempla também a noção de que a aprendizagem se dá de diferentes formas e que essa pluralidade nas formas de aprender deve ser respeitada, de modo a se preservar as particularidades de estudantes e professores. Por outro lado, esse pluralismo, tanto de ideias como de concepções pedagógicas, não pode ser confundido com um permissivismo, em que se pode tudo, e em que ideias que confrontam valores democráticos e humanistas, como o respeito às minorias, a justiça social e a solidariedade, são desrespeitados.

Nesse sentido, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas denota o interesse em construir uma instituição em que a diversidade não comprometa a

unidade; o pluralismo não significa aceitação de toda e qualquer prática pedagógica, mas das que possibilitem a formação humanística, reflexiva e crítica do cidadão.

VII. Ética

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 traz o princípio da moralidade como um daqueles a que todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem obedecer no exercício de suas atividades administrativas. Aqui, o princípio da ética é apresentado em um sentido mais amplo, abrangendo não só a moralidade como dever, mas também a primazia pela probidade, retidão, lealdade e justiça, com integridade de caráter dos agentes públicos, que devem sempre agir em virtude do bem comum.

Observadas as normas que regem a gestão da ética pública no Poder Executivo Federal, bem como o Código de Conduta dos Servidores do Instituto Federal de Brasília, é responsabilidade da Comissão de Ética propor atividades de prevenção de conflitos e de educação para a ética.

VIII. Justiça e responsabilidade social

Este princípio considera as ações voltadas à minimização das desigualdades, como as ações afirmativas para acesso à educação, as políticas de permanência na instituição, na busca para compensar as disparidades historicamente construídas nos diferentes processos sociais.

Dessa forma, o IFB visa estimular ações sociais com temáticas inclusivas e de tecnologias sociais por meio de editais de fomento às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Vários editais incentivam a realização de ações inclusivas, apresentando linhas temáticas que objetivam a promoção da diversidade e inclusão de diversos grupos, tais como a valorização da diversidade étnica para inclusão, educação para as pessoas com deficiência, permanência e aprendizagem, mulheres e relações de gênero, orientação sexual e diversidade cultural, entre outros. Nesse sentido, a educação

profissional e tecnológica ofertada pelo instituto contribui para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Além dessas ações, o IFB estimula os processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

IX. Acessibilidades pedagógica, atitudinal, comunicacional, digital, arquitetônica e outras

Para que sejam promovidos o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes nos estudos, a acessibilidade deve ir além do simples atendimento à acessibilidade arquitetônica. Para isso, foram definidas outras categorias de acessibilidade, as quais também deverão ser atendidas. Importante ressaltar que este atendimento não depende exclusivamente da atuação do IFB, tendo em vista que a ausência de acessibilidade pode impactar negativamente o estudante em suas atividades fora da instituição e em seu trajeto casa-escola. São elas:

- a) Acessibilidade pedagógica: ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente. A forma como os professores concebem o conhecimento, a aprendizagem, a avaliação e a inclusão educacional irão determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas;
- b) Acessibilidade atitudinal: percepção e interação com o outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. É a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras;
- c) Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (diversas formas de comunicação, incluindo textos em braile) e virtual (acessibilidade digital);

- d) Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;
- e) Acessibilidade nos transportes: ausência de barreiras nos veículos, pontos de paradas, calçadas, terminais, estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transporte;
- f) Acessibilidade arquitetônica: ausência de barreiras ambientais físicas em todos os ambientes da escola e nos espaços e equipamentos urbanos utilizados para o acesso à escola.

2.3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

Desde o início das atividades em 2009, o IFB, estruturou sua Organização Didático Pedagógica (ODP) para os cursos de graduação. Em função do crescimento da instituição, da oferta de novos cursos e de atualização na legislação, foi necessário ajustar a ODP para esta nova realidade. Sua versão mais recente foi aprovada pelo Conselho Superior por meio da Resolução N° 27-2016/CS-IFB.

2.4. POLÍTICAS DE ENSINO

As políticas para o ensino têm sido estruturadas a partir da perspectiva de formação integral para a cidadania e considera alguns elementos como imprescindíveis para o processo formativo:

- a) o mundo do trabalho e a compreensão dos aspectos econômico, social, ambiental, histórico, político e cultural das ciências, das tecnologias e das artes;
- b) a interdisciplinaridade como eixo integrador entre a prática profissional, os conhecimentos gerais e específicos, de maneira a garantir o embasamento das diferentes tecnologias presentes nos diversos setores produtivos;
- c) a ética como norteadora da prática educacional e profissional voltada para o discernimento de decisões que permeiam o individual e o social.

- d) No IFB, entende-se que o ensino é desenvolvido por meio de currículos integrados de maneira que o estudante seja levado a compreender a realidade em que vive, e enxergar-se integrante dessas estruturas sócio históricas e que seja capaz de, não somente ser transformado por elas, como também transformá-las. Nesse sentido, os conhecimentos se desenvolvem por meio da relação estabelecida entre o estudante, o curso e a sociedade, de forma que possa agir socialmente como cidadão crítico. O processo de ensino nessa perspectiva, desenvolve-se por meio da articulação e a indissociabilidade entre este, a pesquisa e a extensão. As atividades, projetos e programas das Pró-reitorias de Extensão e Cultura e de Pesquisa e Inovação se integram às atividades de ensino de todos os cursos, como, por exemplo, o Programa de Iniciação Científica, o Projeto de Integração Pesquisa e Ação (PIPA), entre outros.
- e) As políticas para o ensino são de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino (PREN) e são construídas de maneira participativa a partir de diversos segmentos e instâncias internas. Os mais envolvidos nesses processos são o Conselho Superior (CS), composto por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da Instituição - técnicos, discentes e docentes - e da sociedade civil, das demandas da sociedade como um todo por meio de seus representantes sociais, e de demandas legais; e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto por representantes docentes, técnicos e discentes. Além desses conselhos, ainda participam dessa construção os fóruns das diferentes representações, como, por exemplo: o de dirigentes, o de diretores de ensino, pesquisa e extensão; o de assistência estudantil; o de registro acadêmico; o de coordenadores pedagógicos; o de coordenadores de curso, entre outros.
- f) A oferta de novos cursos segue o previsto no PDI e fundamenta-se, entre outros, em consultas públicas nas regiões em que os campi estão inseridos e nas áreas de conhecimento contempladas pelos eixos tecnológicos de vocação de cada campus.

Atendendo ao estabelecido na Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB oferece e pode vir a oferecer, nas modalidades presencial e ou a distância, os seguintes cursos:

- a) de educação profissional técnica de nível Médio, podendo ser articulada e subsequente, sendo a primeira integrada ou concomitante para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o segundo para os portadores de diploma de conclusão do ensino médio;
- b) de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar, e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica;
- c) superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- d) de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- e) de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Todos os cursos são organizados a partir de planos ou projetos pedagógicos e devem atender às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de cada área e as orientações internas do IFB. Os cursos superiores de tecnologia devem seguir o estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e as Resoluções que regulamentam esse nível de ensino, tanto no âmbito externo como interno.

Os cursos ofertados pelo IFB levam em consideração itinerários formativos com o objetivo de desenvolver as aptidões dos estudantes para a vida produtiva e social. Entende-se por itinerários formativos, segundo a Resolução CNE nº 6, de 20 de setembro de 2012, o conjunto de etapas que compõem a organização da Educação Profissional e Tecnológica em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento

de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas, conforme artigo 47 da LDB.

Entende-se por aproveitamento de estudos a possibilidade de o discente aproveitar, em seu curso atual, disciplinas cursadas com aprovação em cursos do mesmo nível de ensino, desde que compatíveis com a área de formação e com o correspondente perfil profissional do curso.

Também é possível reconhecer saberes e experiências adquiridos ao longo da trajetória profissional e em cursos anteriores ao de sua formação atual mediante avaliação, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, artigo 36: aproveitamento de saberes, provenientes de cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração; e em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação.

A verticalização do ensino é a possibilidade de os estudantes do IFB prosseguirem seus estudos por meio de um diálogo rico e diversificado entre os diferentes cursos e níveis de ensino de áreas afins, cujos fluxos permitam a construção de sua formação, orientados a partir de projetos que visam à educação continuada dentro de um eixo tecnológico.

A regulamentação do ensino, no IFB, está descrita no Regulamento do Ensino Técnico (RET), no Regulamento do Ensino Médio Integrado (REMI), no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio (PROEJA), na Organização Didático Pedagógica (ODP), nas Diretrizes de Avaliação da Aprendizagem, nos Planos de Permanência e Êxito (PPE).

2.4.1. Política para Educação a Distância

A Educação a Distância (EaD) encontra respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e na regulação do Decreto nº 9.057/2017. A

EaD é considerada uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

A EaD está presente no dia a dia da instituição desde sua fundação, seja por meio da oferta de cursos de formação inicial, de cursos técnicos, ou ainda como ferramenta complementar às aulas presenciais. Em 9 anos de existência, o IFB já ofertou cerca de 25 mil vagas nesta modalidade, em especial por meio de programas como o Rede e-Tec Brasil, proFuncionário, MedioTec e prepara-se para, em 2019, ofertar cursos superiores pelo programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Para alcançar esta marca, o IFB possui um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) dedicado a esta modalidade e outro de uso exclusivo para complemento pedagógico das aulas presenciais. A infraestrutura de TI e os recursos tecnológicos têm desempenhado importante papel no processo de ensino-aprendizagem pois garante a interação entre o professor e o estudante, entre os estudantes e os tutores e estes com o conteúdo das disciplinas e dos cursos.

Desde 2017, o IFB conta com uma Diretoria de Educação a Distância (DEaD), vinculada à PREN. Sob competência de diretoria, a DEaD iniciou em 2018 processo de discussão sobre a política, organização e estrutura da modalidade com a comunidade interna e externa do IFB.

A DEaD tem por finalidade regular, promover e avaliar políticas e programas de Educação a Distância (EaD), além de fornecer apoio acadêmico aos servidores para o desenvolvimento e a implementação de modelos integrados de modalidades de ensino, mediados por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) que ajudam a aproximar docentes e discentes.

O investimento do IFB na EaD constitui importante política de afirmação de sua identidade, pois cumpre particularmente a uma das finalidades dos Institutos Federais: “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia”, de acordo com a redação do art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008 (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, a política de EaD pretende:

- VIII. promover a política de integração das modalidades presencial e a distância no IFB por meio da incorporação de metodologias, tecnologias, ferramentas e conteúdos que convergem o ensino, a pesquisa e a extensão;
- IX. assessorar as Pró-Reitorias e campi quanto ao planejamento e desenvolvimento de ações pedagógicas que façam uso das TDIC para favorecer as práticas educativas;
- X. propor, apoiar e avaliar ações de formação para os membros da comunidade acadêmica para utilização da EaD e das TDIC voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão que executam no IFB;
- XI. apoiar o corpo docente no planejamento e execução de disciplinas/componentes curriculares que utilizem carga-horária a distância;
- XII. apoiar a preparação e o aprimoramento de material didático integrado a diferentes mídias e tecnologias;
- XIII. supervisionar e monitorar o funcionamento e as instalações dos Polos de Apoio Presencial, tendo em vista a manutenção adequada do espaço acadêmico e o atendimento presencial aos discentes;
- XIV. fomentar o desenvolvimento de pesquisas e eventos relacionados à EaD e suas interfaces, bem como ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- XV. responder pela gerência do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e fornecer formação para uso adequado da comunidade acadêmica;

2.5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO E CULTURA

No âmbito do IFB, as atividades de extensão são desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREX). Está, entre os objetivos do IFB, o de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Dessa forma, entende-se a extensão como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o instituto e os outros setores da sociedade, levando em consideração a territorialidade. A extensão tem como pressuposto a interação acima descrita, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo do educando. Nesse sentido, são consideradas atividades extensionistas as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas ao IFB.

A PREX atua com as seguintes modalidades de ações extensionistas: programas de extensão; projetos de extensão; cursos livres de extensão (cursos livres ou de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores); eventos de extensão; prestação de serviços. Desenvolve, ainda, ações relacionadas a visitas técnicas e gerenciais, relações interinstitucionais, estágio e emprego, empreendedorismo e cooperativismo, e acompanhamento de egressos, este último com vistas a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários, junto ao mundo produtivo, e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Dentre as áreas temáticas da extensão, estão: a comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

A PREX também desenvolve ações de sensibilização e de inclusão relacionadas à diversidade e PNE, promove eventos com temática de inclusão, e atua em parceria com

os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) de cada campus, para atender às demandas locais, contribuir e disseminar a cultura de “educação para a convivência”, de aceitação da diversidade e, principalmente, de buscar a quebra de barreiras educacionais, comunicacionais e atitudinais, de forma a promover a inclusão na educação profissional e tecnológica.

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura busca ainda prospectar parcerias através de acordos de cooperação e convênios de estágio, com instituições públicas e privadas, de diversas esferas, a fim de proporcionar oportunidades aos estudantes do IFB de agregar conhecimentos e práticas que os aproximem da área em formação para, conseqüentemente, aumentar suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. As parcerias também contribuem para o desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade acadêmica.

As ações extensionistas desenvolvidas por servidores do IFB são registradas e têm a sua execução acompanhada, pelas Coordenações de Extensão e Estágio dos Campi, assim como pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no que cabe a cada uma dessas instâncias, conforme as modalidades e os trâmites estabelecidos para esse fim, em regulamento próprio.

Em relação a distribuição de atividades de extensão, esta deve ser realizada conjuntamente pelas instâncias competentes em cada campus, considerando a necessidade da instituição, de acordo com a especificidade e área de atuação.

As ações de extensão poderão ser objeto de financiamento, por meio de edital específico onde serão especificados os níveis e modalidades de ação que receberão apoio financeiro. Quanto aos projetos, estes poderão receber recursos próprios oriundos do orçamento do IFB ou externos, quando provenientes de agências de fomento, instituições privadas, ONG, instituições públicas, dentre outras.

Ainda em relação ao financiamento das ações de extensão, anualmente o IFB consignará parte do seu orçamento para este fim, devendo a distribuição deste recurso ser feita através de editais de chamada de projetos, no âmbito do IFB.

A Extensão deverá, progressivamente, integrar-se à matriz curricular dos cursos de graduação ofertados pelo IFB. Essa integração também poderá ocorrer, de forma progressiva, nos cursos técnicos de nível médio ofertados pelo Instituto. Os prazos e percentual mínimo são estabelecidos na Resolução nº 7, de 18/12/18, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

A política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados, para o cumprimento do percentual mínimo exigido para a integralização das atividades de extensão à matriz curricular dos cursos de graduação ofertados pelo IFB, deve considerar a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular; a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos deste Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos respectivos Cursos; e a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

As ações de extensão desenvolvidas no âmbito do IFB contribuem para a difusão, a socialização e a democratização dos conhecimentos e tecnologias produzidos e possibilita a todos os envolvidos no processo uma maior compreensão do papel do Instituto, a favor de uma formação cidadã e do desenvolvimento sustentável comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Os documentos que regulamentam as ações de extensão, no âmbito do Instituto Federal de Brasília, são:

- Resolução 023/2010 - Aprova a norma geral para a submissão e realização dos projetos de pesquisa e extensão;
- Resolução 07/2012 – Estabelece as normas gerais para as ações de Extensão;
- Portaria Normativa 06/2016 - Dispõe sobre as áreas e linhas temáticas prioritárias da extensão.

2.6. POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A pesquisa, a pós-graduação e a inovação no IFB são desenvolvidas por meio da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) e de suas coordenações, com apoio do Fórum de Coordenadores de Pesquisa e Inovação, do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e do Conselho Editorial (Consed).

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB visa à formação científica e tecnológica em todos os níveis e modalidades de ensino. São incentivadas ações para a produção de conhecimento científico, produção tecnológica e empreendedorismo cujas soluções atendam a demanda de problemas reais, locais e regionais de forma a contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e entorno.

A política de pesquisa, pós-graduação e a inovação no IFB tem por finalidade:

- Integrar a pesquisa e a inovação com as ações de ensino e extensão, por meio da promoção de eventos articulados e elaboração de editais conjuntos;
- Estimular a criação e fortalecimento dos grupos de pesquisa;
- Estimular a publicação dos resultados dos projetos de pesquisa, pós-graduação e inovação desenvolvidos por pesquisadores e estudantes do IFB;
- Promover eventos para a divulgação científica e tecnológica do IFB;
- Difundir a cultura e a prática da pesquisa científica e inovadora entre os discentes e servidores (docentes e técnicos administrativos) do IFB;
- Incentivar a pesquisa aplicada e tecnológica em consonância com a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 2008);
- Promover a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual como estratégia deliberada para o desenvolvimento sustentável do DF e entorno.

As ações voltadas para o apoio ao desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFB são:

- Programa de concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes dos cursos técnicos e superiores do IFB por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- Programa de apoio para consolidação dos grupos de pesquisa do IFB (PRÓGRUPOS);
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): programa que apoia o desenvolvimento de ideias potencialmente inovadoras;
- Revista Eixo: publicação técnico-científica com periodicidade semestral com Qualis B2 na área de ensino (2013-2016);
- Programa CT-Infra para apoiar a melhoria da infraestrutura física de laboratórios multiusuários e compra de equipamentos;
- Programa de pesquisa aplicada institucional para apoiar pesquisador na solução das demandas internas da instituição.

As ações voltadas para a divulgação científica e tecnológica do IFB são:

- Semana de Produção Científica: evento anual onde ocorre a apresentação dos trabalhos de iniciação científica e outros;
- Vitrine do Saberes: evento promovido para lançamento dos livros da Editora do IFB;
- Fábrica de Ideias Inovadoras (Fabin): os resultados das ideias apoiadas no edital são apresentados em uma feira;
- IFB em números: os indicadores da pesquisa são divulgados na plataforma ifbemnumeros.ifb.edu.br

Outros programas serão discutidos a fim de atender as crescentes demandas internas e externas a fim de que a missão institucional possa ser cumprida em sua plenitude.

As ações inovação se caracterizam por meio do estímulo à Inovação Tecnológica e à disseminação da cultura e procedimentos próprios relacionada à Propriedade Intelectual, tendo em vista a natureza de Instituição Científica e Tecnológica (ICT) do

IFB. Nesse sentido e em atendimento ao que dispõe a Lei nº 10.973, de 2004, encontra-se em fase de estruturação no IFB o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), instância assessora vinculada à PRPI, que visa fortalecer as ações da PRPI e PREX no que se refere ao relacionamento do IFB com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações para promover, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País.

As ações de pós-graduação se caracterizam pelo apoio da PRPI no processo de abertura de novos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Atualmente o IFB oferta especializações em gestão pública, eventos, metodologia do ensino da dança clássica, práticas somáticas em dança, segurança pública e ensino de humanidades e linguagens e já prevê a oferta das especializações em Sistemas para internet, ensino de ciências, matemática, educação e tecnologias, formação docente, robótica educacional, física e matemática além dos mestrados profissionais em educação profissional e tecnológica, gestão estratégica em serviços de hospitalidade e a previsão de oferta dos mestrados profissionais em ciências ambientais e computação aplicada para este quinquênio.

As políticas de Pesquisa e Inovação estão regulamentadas nas seguintes normativas:

- Portaria Normativa n.º 001, de 07 de março de 2017 - Aprova as Diretrizes para a Gestão das Atividades Administrativas; de Pesquisa, Inovação e Extensão desenvolvidas pelos Servidores Integrantes do PCCTAE, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB.
- Portaria Normativa n.º 005, de 31 de agosto de 2016 - Regulamenta a utilização do Cartão BB.

- Portaria Normativa n.º 003, de 02 de maio de 2016 - Cria o Programa Fábrica de Ideias Inovadoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (FABIN-IFB).
- Portaria normativa n.º 01, de 07 de junho de 2013 - Regulamenta o Programa institucional de apoio e consolidação de grupos de pesquisa – PROGRUPOS.
- Resolução 4/2013 - Aprova o Regulamento das normais gerais para participação de servidores do IFB em eventos de pesquisa e extensão. Resolução 17/2012 - Cria os programas institucionais de apoio à pesquisa e à extensão do Instituto Federal de Brasília e dá outras providências.
- Resolução 22/2010 – Aprova a Norma Geral do Programa de Concessão de Bolsas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional no âmbito do Instituto Federal de Brasília. Resolução 23/2010 - Aprova a norma geral para a submissão e realização dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento.

2.7. POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão do IFB estão pautadas nos princípios do serviço público (legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade administrativa e economicidade), de forma a dar sustentabilidade aos processos administrativos desenvolvidos pelos seus órgãos colegiados, executivos, consultivos e de assessoramento.

Como política de gestão, conforme apresentado organograma institucional, (Anexo I), a instituição definiu as áreas de “Comunicação”, “Tecnologia da Informação” e “Planejamento e Orçamento” como estratégicas. Para tal, conforme resolução 001/2017, instituiu as Diretorias de Comunicação (DICOM), Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) e a Diretoria de Planejamento e Orçamento (DRPO). Estas diretorias sistêmicas assessoram diretamente a alta gestão da instituição.

É importante ressaltar que a DICOM é a instância responsável não apenas por veicular a informação nos âmbitos interno e externo, mas também por intermediar

e/ou executar serviços impressos e virtuais e por organizar e coordenar eventos em nome do IFB. Nesse trânsito de informações, cabe-lhe orientar a aplicação da marca IF, zelando pelo seu uso em todas as instâncias.

2.8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social tem como meta buscar maior diversidade das atividades de interação com a comunidade e com ações que visem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com contexto sociocultural regional e local. Esta participação acontece por meio dos seguintes projetos e ações:

- I. Inclusão social – ações de inclusão de grupos sociais discriminados ou sub representados em todos os setores da Instituição, por meio do esporte, da inclusão digital, oficinas de capacitação (artesanato, alimentação e jardinagem);
- II. Defesa do meio ambiente, por meio da adoção de práticas sustentáveis como tetos verdes, células fotovoltaicas, coleta e aproveitamento das águas da chuva, troca das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, coleta seletiva, adoção da agenda A3P nos processos licitatórios além do desenvolvimento de pesquisa de materiais ecologicamente corretos e reciclagem;
- III. Sensibilização da Instituição e da comunidade quanto às questões de inclusão;
- IV. Preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- V. Monitoramento do impacto das atividades da Instituição voltadas ao desenvolvimento ambiental, econômico e social;
- VI. Ações relacionadas à formação consciente do cidadão;
- VII. Relacionamento com o setor público, setor produtivo, mercado de trabalho, instituições sociais, culturais e educativas;
- VIII. Política de Bolsa de Estudo;
- IX. Ações de socialização do conhecimento como o ConectaIF;
- X. Assistência à comunidade carente; e
- XI. Parcerias e convênios com órgãos públicos e privados.

3. CRONOGRAMA DE OFERTA DE CURSOS

O planejamento de oferta de cursos e vagas é elaborado em consonância com os objetivos previstos na Lei nº 11.892/2008 e organiza-se de acordo com o que estabelece a LDB, as DCNs, as normas do CNE, bem como as normas internas do IFB. As Tabelas de 3 a 9 apresentam respectivamente a previsão de oferta de cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação *lato e stricto sensu* além dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância. Trata-se de uma previsão. Todavia, poderão ocorrer adequações na oferta dos cursos para o cumprimento do que prevê a legislação bem como as metas institucionais.

3.1. CURSOS TÉCNICOS

Tabela 3 - Planejamento da oferta de cursos técnicos

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Integrado	Eventos	Matutino	70	-	70	-	70	-	70	-	70	-
		Informática	Vespertino	60	-	60	-	60	-	60	-	60	-
	Subsequente	Eventos	Matutino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Desenvolvimento de sistemas	Vespertino	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
		Serviço público	Vespertino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
			Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	09
		Comércio	Noturno	90	90	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração (previsão)	A definir	-	90	90	90	90	90	90	90	90	90		
Dança (previsão)	Noturno	-	-	-	-	30	-	30	-	30	-		
Ceilândia	Integrado	Enfermagem (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Eletrônica	Vespertino	60	-	60	-	60	-	60	-	60	-
	Subsequente	Eletrônica	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
		Equipamentos biomédicos	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
	EaD	Segurança do trabalho	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	
PROEJA	Segurança do trabalho (previsão)	Noturno	-	-	30	-	30	-	30	-	30	-	

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Estrutural	Integrado	Manutenção automotiva	Diurno	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
	Subsequente	Manutenção automotiva	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Reciclagem (previsão)	Noturno	40	40	40	40	-	-	-	-	-	-
		Meio ambiente (previsão)	Noturno	-	-	-	-	40	40	40	40	40	40
Gama	Integrado	Alimentos	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Química	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Subsequente	Logística	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Logística (previsão) *	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Administração	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Planaltina	Integrado	Agropecuária	Diurno	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
	Subsequente	Agroindústria	Matutino	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
		Agropecuária	Matutino	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
			Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Horticultura (previsão)	Noturno	-	-	-	30	-	30	-	30	-	30
Recanto das Emas	Integrado	Produção de áudio e vídeo	Diurno	160	-	160	-	160	-	160	-	160	-
	Subsequente	Produção de áudio e vídeo	Vespertino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Produção de áudio e vídeo	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PROEJA	Produção de áudio e vídeo	Noturno	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
Riacho Fundo	Integrado	Cozinha	Diurno	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Hospedagem	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Subsequente	Cozinha	Vespertino	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
		Panificação	Noturno	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
		Restaurante e bar (previsão)	Matutino	-	20	20	20	20	20	20	20	20	20
		Hospedagem (previsão)	Noturno	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
	PROEJA	Restaurante e bar	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Samambaia *	Integrado	Controle ambiental	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Design de móveis	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Subsequente	Controle ambiental	Matutino	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
		Edificações	Noturno	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
		Produção moveleira	Noturno	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
	PROEJA	Edificações	Noturno	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
São Sebastião	Integrado	Administração	A definir	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Subsequente	Secretaria escolar	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Secretariado	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Informática (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	40	40	40	40
	PROEJA	Secretariado	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Taguatinga	Integrado	Eletromecânica	Diurno	32	-	32	-	32	-	32	-	32	-
	Subsequente	Eletromecânica	Vespertino	32	32	32	32	-	-	-	-	-	-
		Manut. e suporte em informática	Vespertino	80	80	80	80	80	80	80	80	80	80
		Vestuário	Vespertino	32	32	32	32	-	-	-	-	-	-
		Manutenção industrial (previsão)	Vespertino	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
		Refrigeração e climatização (previsão)	Noturno	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
		Modelagem do vestuário	Vespertino	-	-	-	-	32	32	32	32	32	32
PROEJA	Artesanato	Noturno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	

* Turma experimental, ao final de 2019 será analisado a viabilidade de continuidade de oferta

3.2. CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os cursos de graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 2008 o IFB oferta Cursos Superiores de Tecnologia; Cursos de Licenciatura e Cursos de Bacharelado.

Para o PDI 2019/2023, o IFB planeja ofertar vagas para os cursos de Graduação, conforme disposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Planejamento de oferta de cursos de graduação

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Tecnologia	Gestão pública	Vespertino	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
			Noturno	90	90	90	90	90	90	90	90	90	90
		Eventos	Matutino	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Processos gerenciais	Noturno	45	45	45	45	45	45	45	45	45	45
		Sistemas para internet	Vespertino	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
			Noturno	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Licenciatura	Dança	Diurno	60	60	30	30	30	30	30	30	30	30	
Ceilândia	Tecnologia	Redes (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Design gráfico (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Bacharelado	Engenharia elétrica (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Engenharia de software (proposta)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Licenciatura	Letras - Língua espanhola	Matutino	40	-	40	40	40	40	40	40	40	
		Letras - Português (previsão)	A definir	-	-	40	-	40	-	40	-	40	
Estrutural	Tecnologia	Energias renováveis (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-		
	Licenciatura	Matemática	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40		
			Noturno	40	-	40	-	40	-	40			
Gama	Licenciatura	Química	Diurno	40	-	40	-	40	-	40			
	Tecnologia	Alimentos	Diurno	40	-	40	-	40	-	40			

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
		Logística	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Bacharelado	Administração	Noturno	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Planaltina	Bacharelado	Engenharia agrônômica (previsão)	A definir	-	-	-	-	40	-	40	-	40	-
	Licenciatura	Biologia	Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
			Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Agroecologia	Matutino	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
			Vespertino	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Samambaia	Tecnologia	Saneamento (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Design de produto (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Licenciatura	Educação profissional e tecnológica	Noturno	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
	Bacharelado	Engenharia civil (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recanto das Emas	Tecnologia	Produção audiovisual (previsão)	Noturno	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-
Riacho Fundo	Licenciatura	Letras - língua inglesa	Vespertino	80	-	80	-	80	-	80	-	80	-
		Geografia	Noturno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
	Tecnologia	Gastronomia	Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Hotelaria (previsão)	A definir	-	-	40	-	40	-	40	-	40	-
São Sebastião	Licenciatura	Letras - Língua portuguesa	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Pedagogia	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Secretariado executivo	A definir	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Taguatinga	Licenciatura	Física	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Licenciatura em computação	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Tecnologia	Automação industrial	Noturno	32	-	32	-	32	-	32	-	32	-
		Design de moda	Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
	Bacharelado	Ciência da computação	Diurno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
		Engenharia (a definir)	Diurno	-	-	-	-	30	-	30	-	30	-

3.3. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*)

A criação de novos cursos de pós-graduação *lato sensu* do IFB é regulamentada pela Resolução CS nº 012/2013 que aprova as normas de funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do IFB. A Tabela 5 relaciona a previsão de oferta de cursos nesta modalidade para o quinquênio em questão.

Almeja-se ampliar os cursos de especialização de forma a atender as demandas produtivas locais, além de propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional.

Tabela 5 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*)

<i>campus</i>	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Especialização	Gestão pública	Noturno	-	90	-	90	-	90	-	90	-	90
		Sistemas para internet (previsão)	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
		Metod. do ensino da dança clássica	Noturno	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30
		Práticas somáticas em dança	Noturno	30	-	30	-	30	-	30	-	30	-
Gama	Especialização	Ensino de ciências (previsão)	A definir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceilândia	Especialização	Segurança pública	Diurno	40	-	40	-	40	-	40	-	40	-
		Formação docente	A definir	-	-	-	-	-	40	-	40	-	40
Estrutural	Especialização	Matemática, educação e tecnologias *	Noturno	-	30	-	30	-	30	-	30	-	30
Riacho Fundo	Especialização	Ensino em humanidades e linguagens	Noturno	-	40	-	40	-	40	-	40	-	40
Taguatinga	Especialização	Robótica educacional (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
	Especialização	Física (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20
	Especialização	Matemática (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	20	-	20

* Previsão

3.4. CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (*STRICTO SENSU*)

A criação de programas de pós-graduação em nível *stricto sensu* no IFB seguirão as normas e diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para o PDI 2019/2023, almeja-se ofertar novos cursos de mestrado, preferencialmente o mestrado profissional, de forma a propiciar aos estudantes do IFB a verticalização dos seus estudos e, por consequência, melhorar o seu desempenho profissional. A Tabela 6 apresenta a previsão de oferta de cursos nesta modalidade para o quinquênio em questão.

Tabela 6 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (*Stricto Sensu*)

campus	Modalidade	Curso	Turno	Vagas ofertadas por semestre									
				2019		2020		2021		2022		2023	
				1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Mestrado profissional	Educação Profissional e Tecnológica	Diurno	-	24	-	24	-	24	-	24	-	24
		Gestão Estratégica em Serviços de Hospitalidade	Diurno	-	-	-	-	20	-	20	-	20	-
Planaltina	Mestrado profissional	Ciências ambientais (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	20	-	20	-	20
Taguatinga	Mestrado profissional	Computação aplicada (previsão)	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-

3.5. CURSOS NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O IFB oferta cursos na modalidade a distância, tanto em sua forma institucionalizada - curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho, no campus Ceilândia - quanto em sua forma fomentada, por meio de Programas de Governo (Rede e-Tec Brasil), nos segmentos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e Técnicos. A gestão dos cursos oriundos de tais programas está sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino.

No ano de 2018, o IFB foi credenciado para a oferta de cursos superiores a distância. A partir da chamada pública da CAPES, Edital nº 05/18, o IFB teve deferimento de 740 vagas, de licenciatura e de pós-graduação, a serem ofertadas à comunidade a partir de 2019, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. As tabelas de 7 a 9 apresentam a previsão de oferta de cursos e de vagas de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação na modalidade EaD por meio dos Programas de Governo.

Tabela 7 - Planejamento de oferta de cursos técnicos na modalidade EaD

campus	Modalidade EaD	Cursos *	Vagas ofertadas por semestre									
			2019		2020		2021		2022		2023	
			1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40
Ceilândia	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
Estrutural	Subsequente	Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40
Gama	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40
Planaltina	Subsequente	Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40
Recanto das Emas	Subsequente	Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40
Riacho Fundo	Subsequente	Técnico em Hospedagem			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40
Samambaia	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40

campus	Modalidade EaD	Cursos *	Vagas ofertadas por semestre											
			2019		2020		2021		2022		2023			
			1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS		
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
São Sebastião	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Taguatinga	Subsequente	Técnico em Eventos			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Informática			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		Técnico em Programação de Jogos Digitais			40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

* Vagas condicionadas à pactuação e repasse de recursos pela SETEC.

Tabela 8 - Planejamento de oferta de cursos de graduação EAD

campus	Modalidade EaD	Cursos *	Vagas ofertadas por semestre											
			2019		2020		2021		2022		2023			
			1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS		
Estrutural	Graduação	Matemática		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
		Letras Inglês		36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
Riacho Fundo	Graduação	Letras Inglês		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
Samambaia	Graduação	Matemática		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
São Sebastião	Graduação	Matemática		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
		Letras Inglês		36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
Recanto das Emas	Graduação	Matemática		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
		Letras Inglês		36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	
Taguatinga	Graduação	Matemática		36	36	36	36	36	36	36	36	36		
		Letras Inglês		36	36	36	36	36	36	36	36	36	36	

* Vagas condicionadas à pactuação com a Universidade Aberta do Brasil e repasse de recursos pela CAPES.

Tabela 9 - Planejamento de oferta de cursos de pós-graduação (Stricto Sensu) EaD

campus	Modalidade EaD	Curso	Vagas ofertadas por semestre									
			2019		2020		2021		2022		2023	
			1º S	2º S	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS	1ºS	2ºS
Brasília	Pós-Graduação	Gestão Pública		28	28	28						
		Docência em Educação Profissional e Tec.		40	40	40						
Estrutural	Pós-Graduação	Gestão Pública		28	28	28						
		Docência em Educação Profissional e Tec.		40	40	40						
Samambaia	Pós-Graduação	Docência em Educação Profissional e Tec.		28	28	28						
São Sebastião	Pós-Graduação	Gestão Pública		28	28	28						
		Docência em Educação Profissional e Tec.		40	40	40						
Recanto das Emas	Pós-Graduação	Gestão Pública		28	28	28						
		Docência em Educação Profissional e Tec.		40	40	40						
Taguatinga	Pós-Graduação	Gestão Pública		28	28	28						
		Docência em Educação Profissional e Tec.		40	40	40						

* Vagas condicionadas à pactuação com a Universidade Aberta do Brasil e repasse de recursos pela CAPES.

Para o próximo quinquênio, além da manutenção de ofertas de cursos fomentados, a perspectiva é expandir a institucionalização na modalidade com a oferta de cursos em EaD própria, isto é, inserida na cultura organizacional, sendo as atividades realizadas pelos próprios servidores do quadro, como já ocorre no campus Ceilândia, com o curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho.

Considerando a complexidade envolvida no processo de expansão da oferta de cursos na modalidade a distância, a DEaD está elaborando um projeto de institucionalização e, paralelamente, a finalização de instrumentos normatizadores que visam garantir a identidade da instituição e apoio aos campi para a consolidação da institucionalização.

4. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

4.1. COMPOSIÇÃO

A Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU), definiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais, sendo previsto para o IFB 780 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 700 Técnico-Administrativos em Educação, dos quais 268 são de cargos de nível E, 343 são de cargos de nível D e 89 são de cargos de nível C.

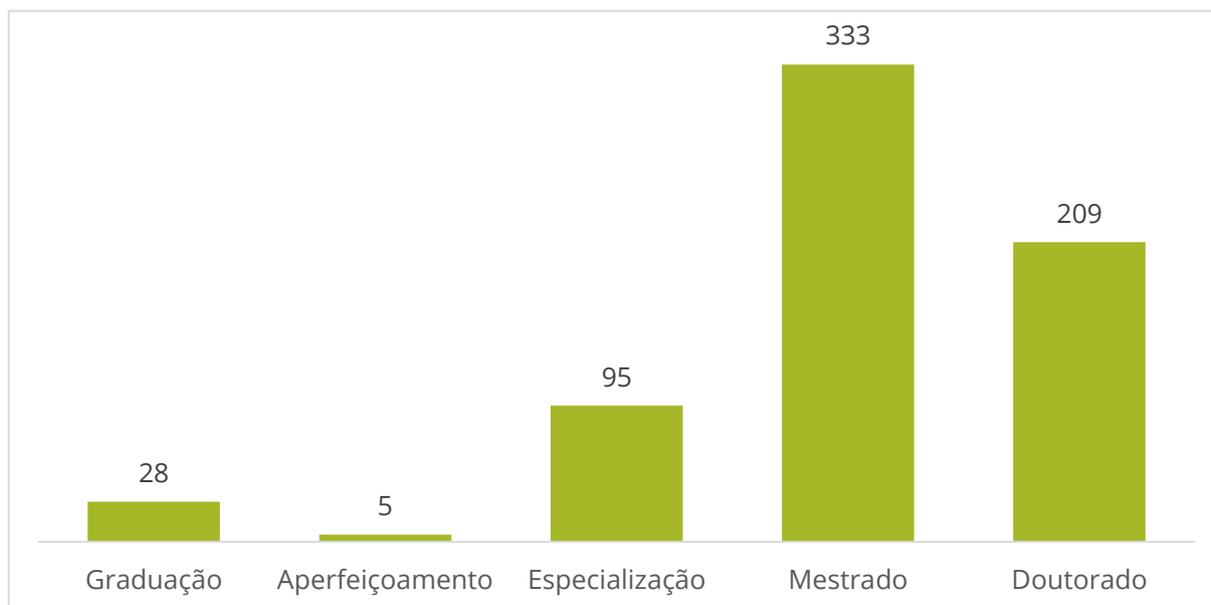
Atualmente o IFB possui uma força de trabalho composta por 1.317 servidores (efetivos, professores temporários e substitutos) distribuídos em seus dez campi e na Reitoria. Esse total é proveniente da realização de admissão por meio de concursos públicos para os cargos efetivos e de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos.

4.1.1. Perfil do corpo docente

A titulação mínima exigida para atuação no IFB é de curso de graduação, sendo as titulações acima passíveis de pontuação nos editais de concurso. No desenvolvimento de sua carreira o docente faz jus a percentuais distintos de retribuição para titulações adquiridas acima da graduação.

O Instituto Federal de Brasília iniciou 2019 com um quadro efetivo de 665 docentes, sendo 50% deste quantitativo ocupado por mestres e 31% por doutores. A Figura 8 apresenta a distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação.

Figura 8 - Distribuição do corpo docente do IFB em função de sua titulação



Fonte: <ifbemnumeros.ifb.edu.br>, mês de referência, novembro/2018.

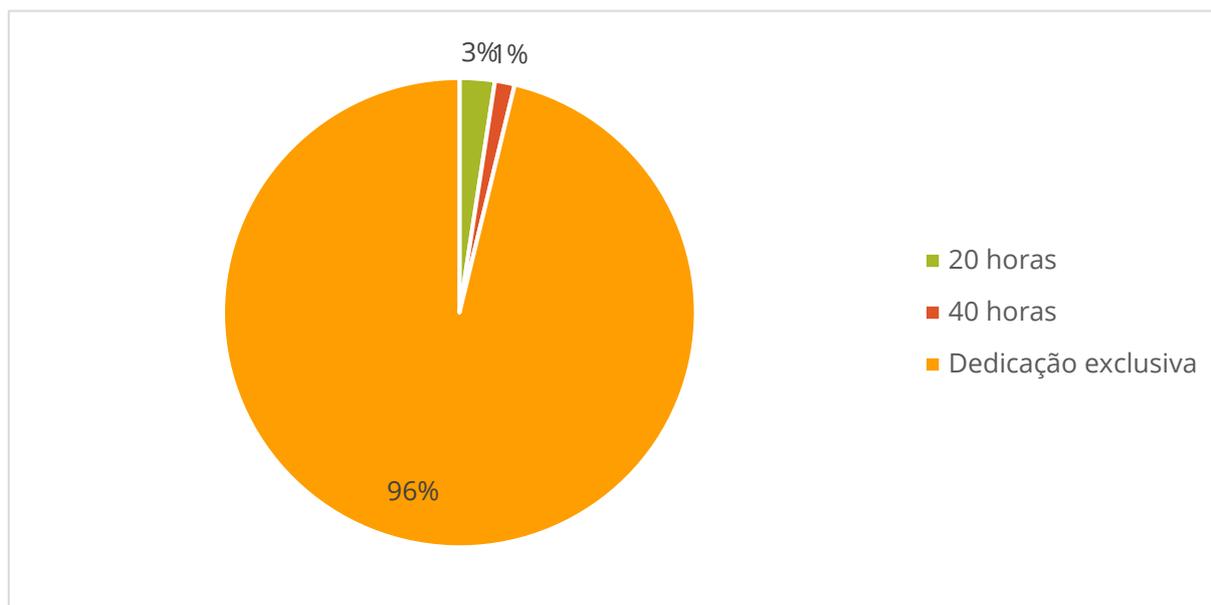
4.1.1.1. *Plano de carreira e regime de trabalho*

Os docentes do IFB estão enquadrados na Carreira de Magistério Federal, criada a partir Lei nº 12.772/2012. Quanto ao regime de trabalho docente, o Art. 20 da referida Lei estabelece 2 (dois) tipos de regimes, a saber:

- I. 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão institucional; ou
- II. Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, e mediante aprovação de órgão colegiado superior competente, admitir-se-á a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas. A Figura 9 apresenta a distribuição do quadro de docentes em função do regime de trabalho.

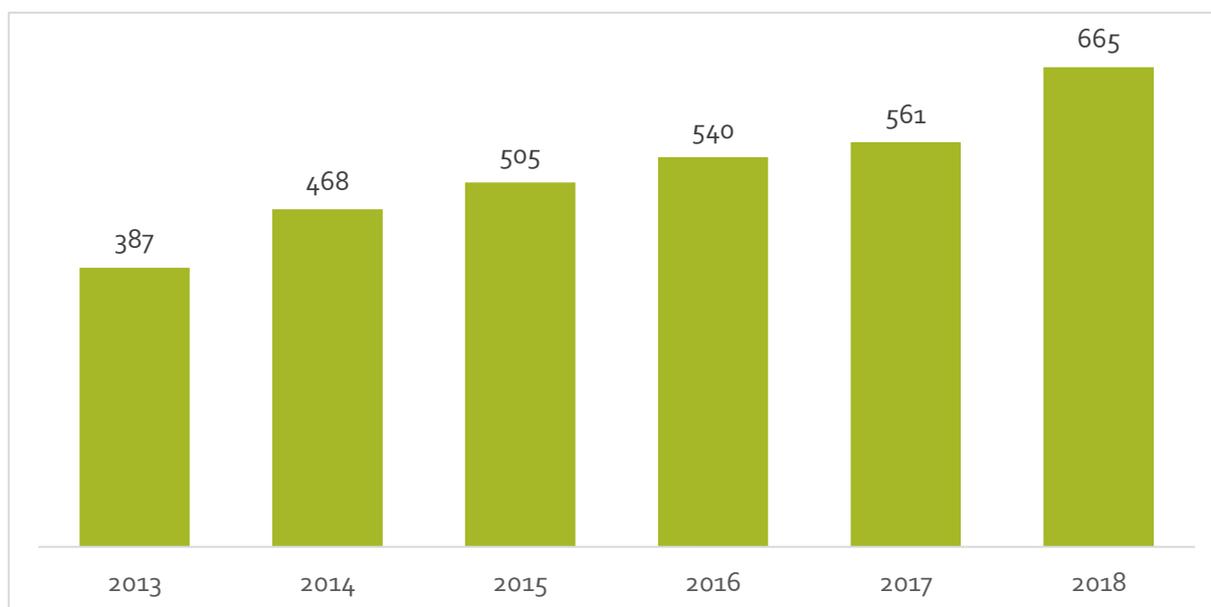
Figura 9 - Distribuição do corpo docente do IFB em função do regime de trabalho



Fonte: <ifbemnumeros.ifb.edu.br>, mês de referência, novembro/2018.

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB tem incrementado seu quadro de servidores. A Figura 10 mostra a evolução da contratação de docentes nos últimos 6 anos. Vale ressaltar que o Figura 10 também espelha o aumento da experiência acadêmica dos docentes durante este período.

Figura 10 - Evolução do quadro docente do IFB entre os anos de 2013 e 2018



Fonte: <ifbemnumeros.ifb.edu.br>, mês de referência, novembro/2018.

4.1.1.2. *Critérios de seleção e contratação*

De acordo com a legislação, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, a aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

Ao planejar o concurso, a comissão organizadora deve selecionar profissionais que detenham as competências gerais, técnicas, científicas e didáticas necessárias à atuação docente de qualidade na respectiva área, e definir uma banca examinadora majoritariamente constituída por membros externos.

4.1.1.3. *Procedimentos para substituição*

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei nº 8.745/1993 possibilita a contratação de professor substituto, cujo contrato é por tempo determinado de até 01 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez.

O recrutamento e a seleção de professores substitutos devem ser feitos por meio de processo seletivo simplificado, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a garantir a seleção docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

4.1.1.4. *Cronograma e plano de expansão do corpo docente*

De acordo com a Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, de direção e funções gratificadas, a instituição possui unidades do tipo "IF *campus* - 70/45", "IF *campus* - 70/60 Agrícola" e "IF *campus* - 150", conforme apresentado na Tabela 10.

Tabela 10 - Quantitativo de docentes conforme Portaria MEC nº 246/2016

Tipo de unidade (portaria MEC 246/2016)	Número de unidades administrativas	Total de docentes segundo a portaria	Total geral de docentes
IF <i>campus</i> - 70/45	8	70	560
IF <i>campus</i> - 150	1	150	150
IF <i>campus</i> -70/60 Agrícola	1	70	70
Total	10		780

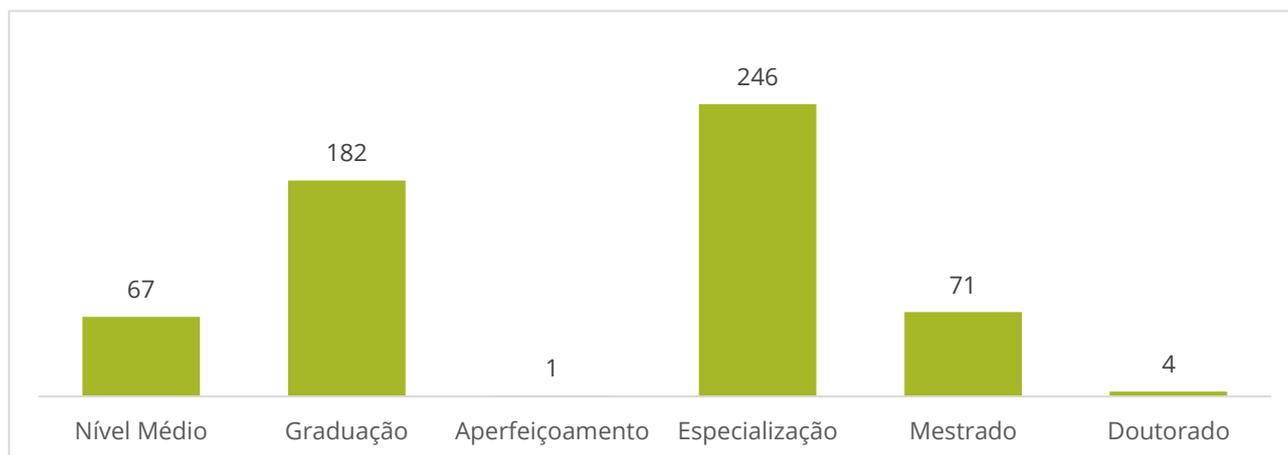
Uma vez que a instituição ainda não alcançou o total de docentes estabelecidos na Portaria MEC 246/2016, a previsão de expansão do quadro docente entre 2019 e 2023 é de cerca de 15%, considerando a disponibilidade de vagas no banco de equivalências.

4.1.2. Perfil do corpo técnico-administrativo

A titulação exigida para atuação como técnico administrativo no IFB está estabelecida na definição de cada cargo. No desenvolvimento de sua carreira no IFB, o técnico administrativo faz jus a percentuais distintos para titulações adquiridas acima da formação exigida no cargo em que ocupa.

Atualmente o IFB conta com um quadro permanente de 571 técnicos administrativos, sendo 32,0% de servidores graduados, 43,0% de especialistas e 13,1% de mestres e doutores. A Figura 11 apresenta a distribuição do corpo técnico administrativo do IFB em função de sua titulação.

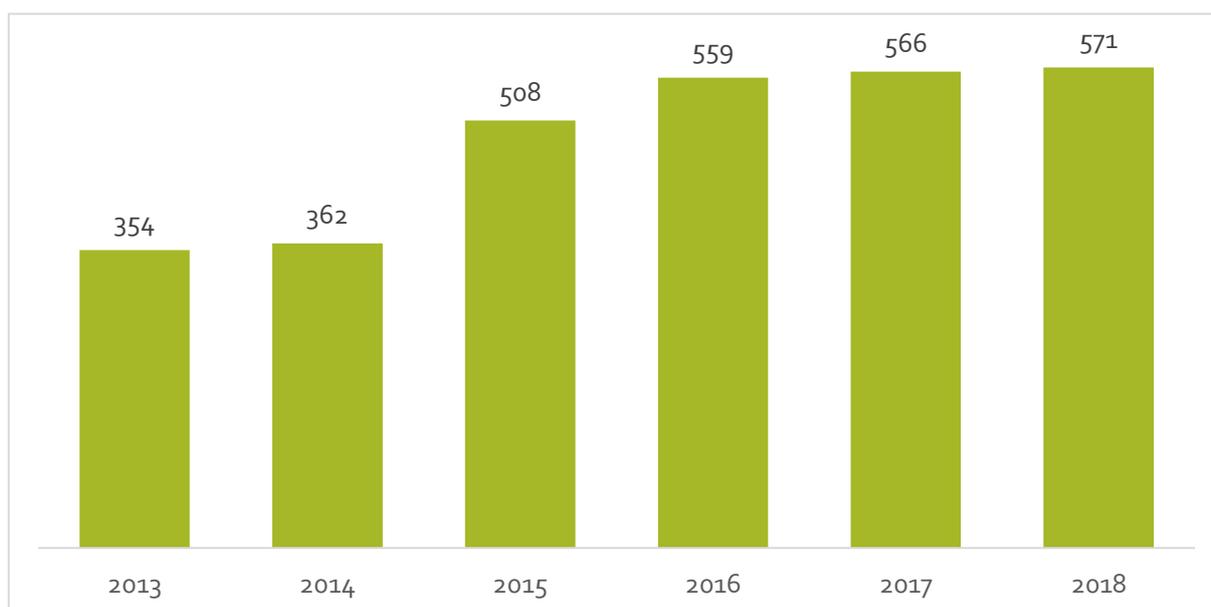
Figura 11 - Distribuição do quadro técnico do IFB em função de sua titulação



Fonte: <ifbemnumeros.ifb.edu.br>, mês de referência, novembro/2018.

Em virtude do aumento da demanda por educação profissional, anualmente o IFB tem incrementado seu quadro de servidores. A Figura 12 mostra a evolução da contratação de técnicos administrativos nos últimos 6 anos.

Figura 12 - Evolução do quadro técnico do IFB entre os anos de 2013 e 2018



Fonte: <ifbemnumeros.ifb.edu.br>, mês de referência, novembro/2018.

4.1.2.1. *Plano de carreira e regime de trabalho*

Os técnicos administrativos do IFB estão enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), criado a partir Lei nº 11.091/2005 e submetidos ao regime de trabalho estabelecido pela Lei 8.112/1990.

4.1.2.2. *Crítérios de seleção e contratação*

A investidura nos cargos de técnicos administrativos se dá por meio de aprovação em concurso público, que constará de prova objetiva ou escrita. Elaborado por comissão organizadora, conforme legislação em vigor.

4.1.2.3. *Procedimentos para substituição*

Não há previsão legal para substituição de técnicos administrativos em função de afastamento para capacitação ou qualificação. Todavia, a instituição, periodicamente, lança editais que contemplam afastamentos para capacitação e qualificação tanto de técnicos quanto de docentes.

4.1.2.4. *Cronograma e plano de expansão do corpo técnico administrativo*

Atualmente o IFB conta com 571 técnicos administrativos. Estes profissionais estão distribuídos entre os 10 *campi* e na reitoria. A Tabela 11 apresenta o quadro total profissionais necessários para atender a demanda institucional.

Tabela 11 - Quantitativo de técnicos conforme a Portaria MEC nº 246/2016

Tipo de unidade (portaria MEC 246/2016)	Total de técnicos nível C	Total de técnicos nível D	Total de técnicos nível E	Total geral de técnicos administrativos
8 x IF <i>campus</i> - 70/45	64	176	120	360
1 x IF <i>campus</i> - 150	14	51	35	100
IF <i>campus</i> -70/60 Agrícola	11	26	23	60
Reitoria de 10 a 16 <i>campi</i>	0	90	90	180
Total	89	343	268	700

A instituição ainda não alcançou o total de técnicos administrativos estabelecidos na Portaria MEC 246/2016. A previsão de ampliação do quantitativo deste segmento para o quinquênio é de 19%, a depender da disponibilização destas vagas.

5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Em conformidade com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura multicampi e tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (CD) e o Conselho Superior (CS), e como órgão executivo a Reitoria, unidade de administração central, dirigida por um Reitor e composta por cinco Pró-reitorias.

5.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

O Estatuto, o Regimento e a Resolução CS nº 001/2017 do IFB apresentam o detalhamento dessa estrutura, compreendendo os órgãos de apoio e assessoramento, as comissões permanentes e de assessoria, as diretorias sistêmicas e demais diretorias, coordenações e núcleos. A Resolução CS nº 001/2017, aprovada pelo Conselho Superior, apresenta o organograma do IFB (Anexo I) e pode ser acessada por meio do Portal do IFB: Acesso Rápido > Portarias e Resoluções > Resoluções > Resoluções 2017. De forma condensada, Tabela 12 apresenta a estrutura organizacional da instituição.

Tabela 12 - Organograma do IFB

Órgãos colegiados	Instâncias deliberativas e consultivas	Conselho Superior (CS) Colégio de Dirigentes (CD) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
Órgãos executivos da administração geral	Reitoria	Chefia de gabinete Assessoria do Gabinete Ouvidoria Autoridade Responsável pelo SIC/IFB-AURE
	Pró-reitorias	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Ensino Pró-Reitoria de Extensão e Cultura Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
	Diretorias Sistêmicas	Diretoria de Comunicação Social Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação Diretoria de Planejamento e Orçamento
	Direção Geral dos campi	Direção Geral <i>campus</i> Brasília Direção Geral <i>campus</i> Ceilândia Direção Geral <i>campus</i> Estrutural Direção Geral <i>campus</i> Gama Direção Geral <i>campus</i> Planaltina

		Direção Geral <i>campus</i> Riacho Fundo Direção Geral <i>campus</i> Samambaia Direção Geral <i>campus</i> São Sebastião Direção Geral <i>campus</i> Taguatinga Direção Geral <i>campus</i> Recanto das Emas
Órgãos de assessoramento e comissões	Comissões e instâncias de assessoramento	Conselho de Gestor em cada <i>campus</i> . Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (CIS) Comissão de Ética (COET) Comissão Própria de Avaliação (CPA) Procuradoria Jurídica Federal Auditoria Interna (vinculada ao CS)

5.3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Em atenção ao Art. 10 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2009, a administração do Instituto Federal de Brasília conta com órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

5.3.1. Conselho Superior (CS)

Órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, é o órgão máximo do IFB, sua estrutura atende ao disposto no §3º do Art. 10 da Lei nº 11.892/2008, tem composição e competências definidas por meio da Resolução nº 14-2016/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.1.1 e 5.3.1.2, respectivamente.

5.3.1.1. *Composição*

- I. Reitor, como presidente;
- II. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores docentes, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- III. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente de Cursos Técnicos e Superiores, maiores de

- 18 (dezoito) anos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- IV. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma do regulamento a ser editado pelo CS/IFB para esse fim; com direito a uma recondução;
- V. 02 (dois) representantes titulares dos egressos de Cursos Técnicos e/ou dos Cursos Superiores da Instituição e igual número de suplentes, maiores de 18 (dezoito) anos, eleitos pelos seus pares; com direito a 01 (uma) recondução;
- VI. 11 (onze) representantes titulares e suplentes da sociedade civil, sendo:
- a) 02 (dois) designados pelas federações patronais listadas no §3º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - b) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, listado no §4º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - c) 01 (um) designado pela organização sindical que representa os Estudantes em Ensino Técnico, listado no §5º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - d) 01 (um) designado pelas Centrais Sindicais que representa os trabalhadores, listado no §6º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;

- e) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos dos Trabalhadores Rurais e/ou do Campo, listados no §7º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - f) 01 (um) designado pelas empresas do setor público que tenham como objetivo o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações técnico-científicas, listados no §8º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - g) 01 (um) designado pelos que representam o Movimento Negro, listados no §9º, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - h) 01 (um) designado pelos que representam os Movimentos de Gênero, listados no §10, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - i) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Pais de Alunos Ensino Médio Integrado e/ou Técnicos Subsequentes, listados no §11, em sistema de rodízio, com direito a 01 (uma) recondução;
 - j) 01 (um) designado pelos que representam as Associações de Portadores de Necessidades Específicas, listados no §12, em sistema de rodízio, com direito a 01(uma) recondução;
- VII. 01 (um) representante titular e seu suplente do Ministério da Educação, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII. Representação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Diretores-Gerais de campi, sendo o mínimo de 02 (dois) e o máximo de 04 (quatro) representantes titulares e igual número de suplentes, eleitos por seus pares, na forma regimental; com direito a uma recondução.

5.3.1.2. *Competências*

Ao Conselho Superior compete:

- I. zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos do IFB;
- II. zelar pelas condições de funcionamento do IFB;
- III. deflagrar e aprovar as normas do processo de escolha do Reitor do Instituto Federal de Brasília e dos Diretores-Gerais dos *campi*, em consonância com o estabelecido nos Artigos. 12 e 13 da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- IV. aprovar as alterações no Projeto Político Institucional (PPI);
- V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII. apreciar o Relatório de Gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB.
- X. autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas, após parecer conclusivo encaminhado pelo CEPE;
- XI. aprovar as alterações na estrutura administrativa e no Regimento Geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e a legislação específica; e
- XII. deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFB levados a sua apreciação pelo Reitor.
- XIII. alterar o Regimento Interno do Conselho Superior, o Estatuto do IFB e o Regimento Geral do IFB, ouvida a comunidade escolar.
- XIV. aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional;

- XV. zelar pela autonomia do IFB, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- XVI. homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do auditor chefe da Auditoria Interna do IFB;
- XVII. homologar a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do para a função de ouvidor do IFB.

5.3.2. Colégio de Dirigentes (CD)

Órgão colegiado de natureza consultiva, sua estrutura atende ao disposto no §2º do Art. 10 da Lei nº 11.892/2008, tem composição e competências definidas por meio da Resolução nº 12-2012/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2, respectivamente.

5.3.2.1. *Composição*

- I. o Reitor, como presidente;
- II. os Pró-Reitores; e
- III. os Diretores-Gerais dos *campi*.

5.3.2.2. *Competências*

De acordo com o Estatuto e Regimento do IFB, ao Colégio de Dirigentes compete:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;

- VI. apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
- VII. opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não;
- VIII. propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB;
- IX. propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos;
- X. opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores;
- XI. propor as políticas estratégicas do IFB;

5.3.3. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Em atenção ao disposto nos Arts. 22 e 23 do Regimento Geral do IFB, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) integra a Administração Geral do IFB, com função normativa, consultiva e deliberativa, conforme delegação do Conselho Superior, sobre matéria acadêmica, científica, cultural e artística, tem composição e competências definidas por meio da Resolução nº 24-2017/CS-IFB, conforme descrito nos itens 5.3.3.1 e 5.3.3.2, respectivamente.

5.3.3.1. *Composição*

- I. reitor, como Presidente;
- II. pró-reitores de Ensino, de Extensão e de Pesquisa e Inovação;
- III. diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada um dos Campi;
- IV. 2 (dois) representantes dos líderes dos grupos de pesquisa e inovação/extensão, certificados pelo IFB;
- V. 2 (dois) representantes dos coordenadores de cursos, assegurado que, pelo menos um seja de cursos técnicos;

- VI. 2 (dois) discentes representantes dos organismos de representação estudantil, sendo assegurada ao menos uma vaga para o discente oriundo dos Centros Acadêmicos ou Grêmios Estudantis.
- VII. 2 (dois) Técnicos em educação, ligados à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.3.3.2. *Competências*

- I. propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão e encaminhar para deliberação do CS;
- II. elaborar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros, e encaminhar para deliberação do CS;
- III. emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto pedagógico institucional do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- IV. propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica e encaminhar para deliberação do CS;
- V. estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente e encaminhar para deliberação do CS;
- VI. criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- VII. emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas;
- VIII. emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;

- IX. homologar ato do reitor praticado ad referendum do CEPE;
- X. opinar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas e encaminhar para deliberação do CS;
- XI. julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS;
- XII. analisar as propostas de calendário acadêmico dos *campi* do IFB e encaminhar para deliberação do CS;
- XIII. opinar quanto a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional e encaminhar para deliberação do Conselho Superior;
- XIV. demais competências que lhe forem delegadas pelo CS.

5.3.4. Apoio às atividades acadêmicas

Caracterizam-se como instâncias de apoio acadêmico, do menor grau para o maior, as Coordenações dos Cursos, as Coordenações Pedagógicas, as Coordenações-Gerais de Ensino dos campi, a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi, a Coordenação-Geral de Ensino da PREN, a Coordenação-Geral de Articulação Pedagógica, a Coordenação de Permanência e Ações Pedagógicas Estudantis, a Diretoria de Desenvolvimento de Ensino, a Diretoria de Políticas Estudantis, a Diretoria de Educação a Distância (DEaD) e a Pró-Reitoria de Ensino.

6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A Assistência Estudantil representa um dos caminhos para auxiliar no atendimento às necessidades dos estudantes de forma integrada ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício da cidadania. A política é integrada e articulada com outras políticas do Instituto, relacionadas ao ingresso e à formação integral dos estudantes, priorizando-os conforme suas especificidades previstas na legislação.

Enquanto mecanismo de garantia de direito social, a assistência estudantil tem como finalidade apoiar os recursos necessários para superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, minimizando, dessa forma, a evasão escolar e garantindo trajetórias escolares positivas.

Nesse sentido, ela transita em todas as áreas dos direitos básicos, considerando as especificidades de cada *campus*, e compreende ações previstas na legislação em vigor que garantam, quando couber: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem mediante as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

No IFB, a Assistência Estudantil prevê um conjunto de diretrizes para nortear as ações que visam à promoção da permanência e do êxito dos estudantes na perspectiva da inclusão social, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. Nesse sentido, as ações da assistência não se limitam a programas financeiros, mas abarcam outras ações que buscam promover a igualdade de oportunidades, e a qualidade geral de vida dos estudantes.

Com o objetivo de atender e apoiar os estudantes de forma a favorecer a sua permanência e o êxito acadêmico, o Conselho Superior aprovou a Resolução 14/2014

que institui a Política de Assistência Estudantil (PAE) e é operacionalizada pelos seguintes programas:

- I. Programas universais: programas que contemplam ações que visam ao acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico dos estudantes, a promoção da saúde, o incentivo à cultura, esporte e lazer;
- II. Programas de promoção à permanência: programas que auxiliam os estudantes a permanecerem estudando na moradia, na residência estudantil, no cuidado aos filhos, na educação de jovens e adultos e na alimentação dos estudantes;
- III. Programa de incentivo ao desenvolvimento acadêmico: programas que proporcionam reforço e atendimento aos estudantes, que estimulam a participação dos estudantes no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino, no interesse à docência, no Desenvolvimento Técnico e Científico e contribuem para sua formação intelectual, acadêmica e profissional, possibilitando, assim, a formação integral do discente.

Essa política é coordenada pela PREN em parceria com os *campi* por meio das coordenações de assistência estudantil, que contam com uma equipe multiprofissional composta minimamente, segundo a legislação em vigor, por assistente social, psicólogo, pedagogo, técnico em Assuntos educacionais e assistente de alunos.

A regulamentação da assistência estudantil, no IFB, é fundamentada na Política de Assistência Estudantil do IFB.

6.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E ÊXITO

Entende-se que as ações de promoção de permanência e êxito do estudante levam em consideração o direito de todos à educação e visam a garantir a trajetória desses estudantes de maneira a promover seu desenvolvimento, reconhecendo seus saberes, suas experiências de vida e seu conhecimento de mundo.

Para garantir o sucesso das ações de permanência e êxito no IFB, é importante observar aspectos de ordem social, cultural, econômica, territorial, étnico-racial, de gênero e orientação sexual, de acessibilidade, entre outros, visando à formação integral do indivíduo como cidadão, sua inserção no mundo do trabalho e a consequente melhoria da sua qualidade de vida. Deve-se, ainda, considerar que a permanência e o êxito estão intimamente articulados com as questões que envolvem o acesso aos cursos e a inserção sócio profissional. Para tanto, a promoção dessas ações dialoga diretamente com a política de assistência estudantil, com a política de acesso e ingresso e as coordenações dos *campi*.

Nesse sentido, para o êxito escolar, é fundamental que as condições de permanência dos estudantes na instituição estejam fundamentadas em uma concepção democrática em que todos devem ter as mesmas oportunidades, respeitando-se, assim, o princípio constitucional da Igualdade, tratando de forma igual os desiguais na medida das suas desigualdades, conforme esclarece Nery Junior (1999, p. 42): “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”.

Para a efetivação dessa concepção, o IFB considera o princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo ações para alcançar os objetivos de suas políticas e as metas estabelecidas por meio de práticas, voltadas para o acolhimento e acompanhamento dos estudantes, a assistência estudantil, a formação inicial e continuada dos seus servidores, a prática pedagógica, o desenho e desenvolvimento curricular, os projetos de ensino, gestão e monitoramento da evasão. Esses elementos devem ser considerados com especial relevância em razão de o IFB atender a um percentual significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social, baixa renda, trabalhadores, residentes em localidades distantes dos *campi* e com necessidades educacionais específicas.

Dessa forma, a diminuição dos índices de evasão, de retenção e o baixo rendimento dos estudantes, está diretamente relacionada às ações articuladas dos profissionais que atuam no IFB, no cumprimento do compromisso institucional inclusivo, atentando para às determinações do TCU e às orientações da Setec/MEC.

A regulamentação das ações de permanência e êxito está contemplada no plano local de permanência e êxito.

6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A organização dos estudantes no dia a dia dos *campi* é incentivada pela instituição e acontece de forma autônoma, por parte dos estudantes, por meio dos grêmios estudantis (para os integrantes do ensino médio) e pelos centros acadêmicos (para os estudantes de graduação). Tais instâncias são de suma importância para fortalecer o espírito democrático do corpo discente e para estabelecer um canal de comunicação entre as direções dos campi e os estudantes.

6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A Política de Acompanhamento de Egressos (PAEG) está articulada à política institucional de extensão do IFB, e é regida pela necessidade da Instituição em promover um conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar oportunidades junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

A PAEG foi elaborada pela PREX em 2018, aprovada pelo CS em 11 de dezembro de 2018, por meio da Resolução 43/2018 – RIFB/IFB e tem como princípios a valorização do profissional formado pelo IFB, em conformidade com a proposta institucional, o relacionamento contínuo com o egresso, a oferta de educação continuada, o compromisso e a responsabilidade com a necessidade de formação profissional da comunidade, a avaliação e autoavaliação do profissional egresso do IFB além da continuidade e institucionalização da PAEG.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

Atualmente o IFB conta com uma infraestrutura permanente de 10 *campi* em 10 regiões administrativas do Distrito Federal ocupando uma área total de 131.303,29 m². O Campus Recanto das Emas foi criado do desmembramento do extinto Campus Taguatinga Centro. As Tabelas de 13 a 24 apresentam a área física bem como as instalações das unidades administrativas do IFB.

O dimensionamento da infraestrutura institucional está apresentado no Plano Diretor de Infraestrutura Física (PDIF). Elaborado pela Diretoria de Engenharia, o PDIF é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos que envolvem a infraestrutura de cada unidade administrativa e, tem por finalidade, atender as necessidades institucionais nesta temática.

Tabela 13 - Demonstrativo da área geral do IFB, por Unidade Administrativa

Unidade administrativa	Área total construída (em m²)	Área do terreno Original (em m²)	Área disponível para a construção (em m²)
Brasília	30.927,20	42.000,00	-
Ceilândia	7.014,00	19.800,00	3.889,16
Estrutural	7.014,00	25.054,74	11.849,72
Gama	10.443,80	75.197,76	6.946,61
Planaltina	19.555,64	15.000.000,00	-
Riacho Fundo	7.014,00	60.000,00	-
Samambaia	10.443,80	30.006,05	-
São Sebastião	7.014,00	31.489,63	-
Taguatinga	10.443,80	30.000,00	-
Recanto das Emas	2.208,00	25.000,00	-
Reitoria *	5.530,45	7.570,89	-
Total	117.608,69	15.346.119,07	22.685,49

Tabela 14 - Instalações físicas da Reitoria

Especificações *	Quantidade	Área total (em m²)
Instalações Administrativas	23	800,19
Espaço de Convivência	1	46,50
Auditório/Mini auditório/Sala de reunião	1	49,59
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	7	61,84

* As metragens constantes neste quadro são das áreas que estão atualmente em uso (5º e 6º andares)

Tabela 15 - Instalações físicas do *campus* Brasília

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	52	1.196	-
Sala de Aula	32	51,90	1280
Sala de Coordenação	12	13,10	-
Sala de Docentes	4	41,67	80
Espaço de Convivência	4	125,00	1200
Biblioteca	1	1.649,40	400
Auditório (obras suspensas)	1	1.600,00	970
Miniauditório e anfiteatros	3	180,00	400
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	29	21,00	-
Sala de vídeo	2	51,90	60
Laboratórios	24	51,80	557
Laboratório música	1	127,40	80

Tabela 16 - Instalações físicas do *campus* Ceilândia

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	1	1.209,00	80
Sala de aula	12	60,00	400
Sala de coordenação	12	15,00	60
Sala de docentes	1	35,00	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85,00	60
Biblioteca	1	112,00	100
Auditório	1	163,00	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39,00	480

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Laboratórios	10	60,00	250

Tabela 17 - Instalações físicas do *campus* Estrutural

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	1	1.209,00	80
Sala de aula	12	60,00	400
Sala de coordenação	12	15,00	60
Sala de docentes	1	35,00	30
Espaço de convivência para servidores e terceirizados	2	85,00	60
Biblioteca	1	112,00	100
Auditório	1	163,00	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados	17	39,00	480
Laboratórios	10	60,00	250

Tabela 18 - Instalações físicas do *campus* Gama

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	37	1.406,00	111
Sala de Aula	22	52,30	960
Sala de Coordenação	23	25,00	69
Sala de Docentes	3	40,00	30
Espaço de Convivência	2	30,00	24
Biblioteca	1	428,00	160
Auditório	1	550,00	237
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	28	13,30	140
Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios	25	66,00	960
Instalações Administrativas	37	38,00	111
Ginásio	1	1.369,00	250
Sala de Artes	1	66,00	40

Tabela 19 - Instalações físicas do *campus* Planaltina

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	14	426,72	-
Sala de Aula	19	1093,64	760
Sala de Coordenação	5	257,93	-
Sala de Docentes	2	105,34	12
Espaço de Convivência	2	427,68	-
Biblioteca	1	560,00	-
Auditório	1	274,00	-
Miniauditório e anfiteatros	1	129,15	-
Banheiros coletivos (incluindo os adaptados)	33	550,77	-
Sala de vídeo	1	50,00	-
Laboratórios	13	880,00	390
Alojamentos	31	1272,55	-
Unidade Ens. e Produção (UEP)	5	500,00	-
Almoxarifado	1	511,42	-
Garagem e Oficinas	1	792,00	-
Mecanização Agrícola	1	-	-

Tabela 20 - Instalações físicas do *campus* Recanto das Emas

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Sala de Aula	7	338,77	247
Sala de Coordenação	2	8,66	1
Sala de Docentes	1	30,69	6
Espaço de Convivência	1	27,96	10
Biblioteca	1	53,87	14
Auditório	1	-	-
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	2	67,69	12
Sala de vídeo	-	-	-
Laboratórios	2	68,40	40
Almoxarifado	2	33,68	-
Sala Técnica	1	13,68	-
Copa	1	22,20	8

Tabela 21 - Instalações físicas do *campus* Riacho Fundo

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	9	185,67	47
Sala de Aula	12	109,27	70
Salas de Coordenação	5	88,75	30
Sala de Docentes	1	35,51	15
Espaço de Convivência	1	17,26	12
Biblioteca	1	155,63	45
Auditório	1	217,97	180
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	18	103,83	-
Laboratórios	9	266,71	204
Sala de Reuniões	1	60,63	16
Almoxarifado de Informática	1	16,93	3
Adega/Depósito de bar e restaurante	1	18,26	1
Sala de preparo	1	57,41	4
Depósitos de Insumos	6	23,10	-
Hall de demonstrações	1	128,55	8
Refeitório/ Convivência	1	244,27	72
Cantina	1	17,15	2
Cozinha do Restaurante	1	43,89	6
Lavatório	1	10,57	1
Dispensas	2	24,17	-
Almoxarifado (Expediente)	1	16,40	-
Depósito	1	16,40	-
Sala Multiuso	1	80,59	-
Quadra poliesportiva	1	640,00	-

Tabela 22 - Instalações físicas do *campus* Samambaia

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	40	25,00	-
Sala de Aula	25	52,30	42
Sala de Coordenação	12	25,00	-
Sala de Docentes	1	72,60	-
Espaço de Convivência		1.600,00	-
Biblioteca	1	428,20	154
Auditório	1	501,30	240
Miniauditório e anfiteatros	1	175,80	200
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	24	21,40	6
Sala de vídeo	1	20,00	10
Laboratórios	12	86,00	25
Ginásio Esportivo	1	1.200,00	-

Tabela 23 - Instalações físicas do *campus* São Sebastião

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	3	60,00	45
Sala de Aula	13	60,00	400
Sala de Coordenação	2	60,00	35
Sala de Docentes	1	60,00	35
Espaço de Convivência	1	240,00	65
Biblioteca	1	185,00	40
Auditório	1	165,00	180
Miniauditório e anfiteatros	-	-	-
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	5	45,00	500
Laboratórios	11	60,00	275
Teatro de Arena	1	300,00	100

Tabela 24 - Instalações físicas do *campus* Taguatinga

Especificações	Quantidade	Área total (m²)	Capacidade de atendimento por turno
Instalações Administrativas	34	23,00	-
Sala de Aula	21	52,00	840
Sala de Coordenação	6	13,00	-
Sala de Docentes	2	20,00	11
Espaço de Convivência	1	100,00	-
Biblioteca	1	430,00	160
Auditório	1	550,00	220
Miniauditório e anfiteatros	2	80,00	120
Banheiros coletivos - incluindo os adaptados.	23	13,00	140
Laboratórios	30	60,00	25
Ginásio	1	1.369,00	250
Instalações Administrativas	2	≅ 193,18	30

7.2. BIBLIOTECAS

O IFB possui bibliotecas em todas as suas unidades. Estas contam com infraestrutura adequada e acervo específico para o atendimento da comunidade. Vale ressaltar que todas as bibliotecas são informatizadas e disponibilizam acesso ao portal de periódicos da CAPES bem como assinatura eletrônica das normas da ABNT. A infraestrutura das bibliotecas e o acervo estão apresentadas na Tabela 25.

A atualização e ampliação do acervo das Bibliotecas dos *campi* do IFB seguem as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC), elaborada pelo Sistema de Bibliotecas do Instituto Federal de Brasília (SIBIFB). Tem como principal fonte os componentes curriculares dos cursos oferecidos pela Instituição, as recomendações do MEC, a legislação vigente e além de sugestões da comunidade acadêmica.

Os profissionais que trabalham nas bibliotecas do IFB atuam de forma integrada, e constituem o fórum de bibliotecários. Instância reconhecida pela instituição, desenvolve atividades periódicas no que se refere a definição de políticas, processos, demandas acadêmicas e procedimentos relacionados a esta temática.

Destaca-se que anualmente são destinados recursos financeiros para aquisição de materiais bibliográficos, audiovisuais e eletrônicos a fim de que haja o crescimento racional do acervo, constituindo assim uma coleção com alto grau de excelência, tanto qualitativa quanto quantitativa, de forma que melhor atenda aos interesses da comunidade.

A Tabela 25 foi elaborada pelo Fórum de bibliotecários, em conformidade com o que dispõe a alínea "a", do Artigo 21, do Decreto Nº 9.235/2017. Apresenta de forma objetiva o estado e o quantitativo atual do acervo, serviços, espaços físicos, acessibilidade, equipamentos, recursos humanos e horário de funcionamento das unidades, bem como a projeção de incremento destes itens para o período de 2019 a 2023.

Tabela 25 - Plano de Desenvolvimento Institucional - Sistema de Bibliotecas do IFB

Biblioteca / Campus	Brasília		Ceilândia		Estrutural		Gama		Planaltina		Recanto das Emas		Riacho Fundo		Samambaia		São Sebastião		Taguatinga	
	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023	2018	2023
Acervo																				
Volumes (exemplares)	22.565	24.821	5.138	5.651	2.517	2.970	5.914	6.506	12.186	13.000	2.090	2.299	6.786	7.465	7.727	8.113	4.688	5.157	9.955	10.950
Assinatura de jornais e revistas	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Assinatura para e-books	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Repositório institucional	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Serviços																				
Usuários cadastrados	4.795	5.034	471	494	1.066	1.416	2.548	2.675	825	866	2.350	2.400	1.904	2.000	1.378	1.405	1.935	2.032	1.850	1.942
Empréstimo Domiciliar	12.312	12.927	1.440	1.512	3.272	3.500	3.047	3.200	2.488	2.612	550	800	1.672	1.756	1.206	1.266	3.994	4.194	6.802	7.142
Renovação	8.410	8.830	980	1029	1.326	1.525	1.254	1.317	1.442	1.514	150	250	1.039	1.091	468	491	1.472	1.546	3.529	3.705
Reserva	219	229	155	162	95	105	62	65	44	50	0	10	146	153	2	5	218	229	71	74
Leituras eletrônicas (base de dados)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Espaço físico																				
Área (em m²)	2.918	2.918	184	500	184	500	482,2	482,2	800	800	69,3	500	184	500	500	500	184	500	500	500
Sala individual	3	3	0	3	0	1	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1
Sala de estudo em grupo	5	5	0	3	0	2	3	3	2	2	0	2	0	2	2	2	0	2	Não	2

Sala de processamento técnico	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	
Sala de treinamentos	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	Não	1
Capacidade de usuários	450	450	42	80	46	100	151	151	102	102	19	100	52	100	120	120	52	100	131	131
Acessibilidade																				
Rampa	-	-	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Elevador	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim							
Balcão Baixo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim														
Acervo em Braille	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Equipamentos																				
Computadores para pesquisa	8	15	5	5	17	30	7	10	2	3	5	6	7	15	6	6	17	20	10	10
Sistema de Segurança	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Recursos humanos																				
Bibliotecário	3	5	1	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Auxiliar de Biblioteca	4	4	2	2	2	2	3	3	0	0	1	1	2	2	3	2	2	2	2	2
Demais cargos	3	6	1	1	0	2	1	1	2	3	1	1	1	2	0	1	0	2	0	1
Horário de funcionamento																				
Horário	08:00 às 21:30	08:00 às 21:00	09:00 às 22:00	09:00 às 21:30	08:00 às 22:00	08:00 às 21:45	08:00 às 21:00	07:00 às 22:00	08:00 às 21:30	09:00 às 21:00	08:00 às 21:00	07:30 às 21:30	08:00 às 21:00	08:00 às 21:00	08:00 às 21:00					

7.3. LABORATÓRIOS

Distribuídos pelas 10 unidades administrativas do IFB, os laboratórios atendem aos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação de suas respectivas unidades. As Tabelas de 26 a 35 apresentam o detalhamento do quantitativo de laboratórios por *campus*.

Tabela 26 - Laboratórios do *campus* Brasília

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Eventos Decoração	35	Eventos	2 compressores de ar
Pratica Eventos Empresa Júnior	35	Eventos	4 computadores e TV
Laboratório de pilates	35	Dança	Equipamentos de pilates
Laboratório de Gyrotonic	35	Dança	Equipamentos de Gyrotonic
Laboratório de anatomia	35	Dança	Laboratório de anatomia
Laboratório de ballet clássico	35	Dança	Laboratório de ballet clássico
Laboratório de dança e tecnologia	35	Dança	Laboratório de dança e tecnologia
Informática Bl.A sl 207	30	Técnico, Tecnólogo e Dança	30 computadores e projetor
Informática Bl. A sl 208	25	Técnico, Tecnólogo e Dança	25 computadores e 1 projetor
Informática Bl. A sl 209	35	Técnico, Tecnólogo e Dança	35 computadores e projetor
Informática Bl. A sl 210	32	Técnico, Tecnólogo e Dança	32 computadores e projetor
Informática Bl. D sl 212	24	Técnico em Informática	24 computadores e projetor
Informática Manutenção em PC Bl. D sl 209 -	24	Técnico em Informática	10 computadores (sucata)

Tabela 27 - Laboratórios do campus Ceilândia

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Informática A	40	FIC Informática Básica para a Terceira Idade; Técnico em Serviços Públicos; Técnico em Infraestrutura Escolar EAD.	20 computadores, projetor e lousa.
Informática B	40	Técnico em Eletrônica, Licenciatura em Letras Espanhol,	20 computadores, projetor e lousa.
		Técnico em Equipamentos Biomédicos	
Informática C	40	Técnico em Eletrônica, Licenciatura em Letras Espanhol,	20 computadores, projetor e lousa.
		Técnico em Equipamentos Biomédicos	
Ciências	40	Técnico Integrado em Eletrônica	Kits experimentais de química, física e biologia.
Equipamentos Biomédicos	40	Técnico em Equipamentos Biomédicos	Equipamentos hospitalares doados por parceiros
			4 bancadas para realização de manutenção
			4 estações de solda
			4 estações de retrabalho
			Equipamentos de solda elétrica
			Equipamentos de confecção de placas de circuito impressos

Segurança do Trabalho	40	Técnico em Segurança do Trabalho	Manequins de simulação de atendimento de emergência
			Equipamentos de segurança e proteção
Fundamentos de Eletricidade	40	Técnico em Eletrônica e Técnico em Equipamentos Biomédicos	10 osciloscópios
			10 geradores de função
			10 fontes de tensão
			10 multímetros de bancada
Eletrônica Digital e Analógica	40	Técnico em Eletrônica e Técnico em Equipamentos Biomédicos	10 osciloscópios
			10 geradores de função
			10 fontes de tensão
			10 multímetros de bancada
Manutenção	40	Técnico em Eletrônica	01 furadeira de bancada
			01 morsa de bancada
			10 estações de retrabalho
			10 bancadas de instalações elétricas
			10 estações de solda
			Equipamentos de manutenção eletrônica
Pneumática, Instalações Elétricas e Robótica	40	Técnico em Eletrônica	06 estações de comandos pneumáticos
			08 estações de energia eólica
			01 pista de corrida de carros robôs autônomos
Laboratório de energias renováveis (Rede e-Tec Brasil)	25	Técnico em Equipamentos biomédicos	Laboratório móvel da rede e-Tec Brasil

Tabela 28 - Laboratórios do *campus* Estrutural

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática 01	40	<p>Atualmente: Cursos FIC; Ensino Médio Integrado em Manutenção automotiva; Técnico Subsequente em Manutenção automotiva; PROEJA em Reciclagem Licenciatura em Matemática</p> <p>Previstos para 2019: Especialização em Educação em matemática; Tecnologia em Energias renováveis</p>	<p>10 Bancadas com 04 computadores, cada, totalizando 40 máquinas para estudantes e 01 mesa com 01 computador para o docente. Todas com windows 7 e 3GB de memória ram. 41 cadeiras giratórias. Quadro branco, quadriculado e côncavo, e, telão retrátil para projeção.</p>
Laboratório de Informática 02	40	<p>Atualmente: Cursos FIC; Ensino Médio Integrado em Manutenção automotiva; Técnico Subsequente em Manutenção automotiva; PROEJA em Reciclagem Licenciatura em Matemática</p> <p>Previstos para 2019: Especialização em Educação em matemática; Tecnologia em Energias renováveis</p>	<p>10 Bancadas com 04 computadores, cada, totalizando 40 máquinas para estudantes e 01 mesa com 01 computador para o docente. Todas com windows 7 e 3GB de memória ram. 41 cadeiras giratórias. Quadro branco, quadriculado e côncavo, e, telão retrátil para projeção.</p>
Laboratório de Física	20	<p>Ensino Médio Integrado em Manutenção Automotiva;</p>	<p>Kits Mecânica: Balística, Lançamento Oblíquo; Queda Livre; Coeficiente de Atrito; Trilho de ar com compressor; Viscosímetro de Stokes; Painel de Forças;</p>

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
		Licenciatura em Matemática	<p>Painel de movimento circular; conjuntos para estudos de hidrostática e hidrodinâmica, trenas, fio de prumo, esferas metálicas</p> <p>Kits de óptica/ondulatória: cuba de ondas; molas, gerador de ondas estacionárias, disco de newton, alto falantes; lentes; lâminas de vidro, lasers, fontes luminosas.</p> <p>Kits de Termologia: calorímetro, motor a vapor; termômetros, pirômetro ótico; dilatometro; bomba de vácuo; erlenmeyer, balão volumétrico, proveta graduada; pisseta, bico de Bunsen; Becker.</p> <p>Kits eletromagnetismo: Oscilador eletromagnético, cuba para linhas equipotenciais, bobina de Helmholtz; gerador eletrostático, kit de resistores e circuitos, amperímetros, voltímetros, multímetros, imã, tubo de raios catódicos</p>
Laboratório de Fabricação Mecânica	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Torno Mecânico; Fresadora; Furadeira de bancada; Equipamentos de soldagem;
Laboratório de Projetos e prototipação 3D	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Impressoras 3D
Laboratório de Motores 1	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Motores didáticos; Bancadas e ferramentas
Laboratório de Manutenção Mecânica	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Elevadores Automotivos; Veículos Diversos; Máquina de limpeza de bico; lavadora de peças; Macacos jacaré; bancadas; ferramentas diversas

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Sistemas Automotivos	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Elevador Automotivo; Alinhador digital de veículos; Rampa Pneumática; Desmontadora de pneus; balanceadora de pneus
Laboratório de Eletroeletrônica	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Bancadas de eletroeletrônica; multímetros; osciloscópios; bancada de teste de veículo híbrido; Fontes de alimentação
Laboratório de Pneumática	20	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Bancada didática de eletropneumática
Laboratório de Motores 2	10	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Dinamômetro de Bancada para 300cv;
Laboratório de Metrologia	40	Técnico subsequente e Técnico Integrado em Manutenção Automotiva	Paquímetros; Micrômetros; relógios Comparadores; Torquímetros
Laboratório de Química e Biologia	20	Técnico em Manutenção Automotiva e Proeja em Reciclagem	Estufa, Balança semi-analítica, Banho-Maria, Bomba de Vácuo, Refrigerador (Geladeira) e computador.
Laboratório de Matemática	25	Licenciatura em Técnico em Manutenção Automotiva e Proeja em Reciclagem	5 computadores

Tabela 29 - Laboratórios do *campus* Gama

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática 1	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 2	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 3	40	Todos os cursos	41 computadores e projetor
Laboratório de Informática 4	40	Todos os cursos	-
Laboratório de Informática 5	40	Todos os cursos	-
Laboratório de Informática 6	20	Todos os cursos	21 computadores e projetor
Lab. Química Geral e Inorgânica	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química e integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa, Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Chapa de aquecimento com agitação, Condutivímetro, medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Química Analítica e Orgânica	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga Refrigerada, Condutivímetro, Medidor de pH, Deionizador, Medidor de Ponto de Fusão, Mufla e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Processos e Físico-Química	20	Licenciatura em Química, Técnico em Química	Balança Analítica, Balança semi-analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Análise Instrumental	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Condutivímetro, Estufa, Medidor de pH, Turbidímetro, Refratômetro, Cromatógrafo Gasoso e Refrigerador (Geladeira).
Lab. Pesquisa e Extensão	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	Estufa, Balança Analítica, Banho-maria, Bomba de Vácuo, Centrífuga, Condutivímetro, Medidor de pH e Refrigerador (Geladeira).
Lab.de Microbiologia	20	Técnico em Química e Integrado - Técnico em Alimentos.	Estufa bacteriológica (TE- 392/2_ TECHNICAL), Banho-maria (Centauro), Centrífuga refrigerada para eppendorfs (SL-703/ Solab Científica), Medidor de pH

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
			(MS Tecnopon), Estereomicroscópio (Tecnival), Balança (Shimadzu), Balança analítica (Bel), Contador de colônia (EI TKS)
Lab. de Ciências	20	Licenciatura em Química e Técnico em Química.	-
Lab. de Ciências Ambientais	20	Técnico em Agronegócios	Banho termostatzado, Condutímetro Peagâmetro
Lab. de qualidade e propriedades físico-químicas de produtos vegetais	20	Técnico em Agronegócios Licenciatura em Química	Câmara Climática, Câmara Climática do tipo B.O.D, Condutímetro Peagâmetro, Kit para densidade de grãos
Lab. de Alimentos 1	20	Integrado - Técnico em Alimentos	
Lab. de Alimentos 2	20	Integrado - Técnico em Alimentos	
Lab. de Logística	20	Técnico em Logística	
Lab. de Cooperativismo	20	Técnico em Cooperativismo	
Lab. de Gestão 1	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Projeja em Administração	
Lab. de Gestão 2	20	Técnico em Logística; Técnico em Cooperativismo; Projeja em Administração	

Tabela 30 - Laboratórios do campus Planaltina

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Microscopia	30	Tecnológico Agroecologia Técnico; Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	Microscópios ópticos Lupas estereoscópicas
Física	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico	

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
		Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	
Línguas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	
Artes Plásticas	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	
Química	30	Tecnológico Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria	
Informática 1	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador
Informática 2	40	Tecnológico; Agroecologia; Técnico Agropecuária; Lic. Biologia; Técnico Agroindústria PRONATEC	Computador

Tabela 31 - Laboratórios do *campus* Recanto das Emas

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de áudio e vídeo 01	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor.

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de áudio e vídeo 02	20	Técnico em Comércio FIC em Gestão Comercial Especialização em Gestão Pública Cursos de EaD	20 Máquinas e projetor,

Tabela 32 - Laboratórios do *campus* Riacho Fundo

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Laboratório de Informática	24	Técnico em Transações Imobiliárias, em Recursos Humanos, em Cozinha, Informática; Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec.	25 computadores com monitor e periféricos.
Laboratório de Cozinha	18	Técnico em Cozinha Informática Técnico em Panificação Cursos dos Programas Mulheres Mil e Pronatec	Forno elétrico; fogão industrial; refrigerador, 2 freezers horizontais, forno micro-ondas e 4 mesas aço inox
Laboratório de Bar e Restaurante	08	Sommelier de cervejas	Refrigerador duplex, máquina de café expresso, moedora de grãos, conj. de mesa em madeira retangular, 3 bancos de bar Paris em madeira e 1 armário alto
Laboratório de gastronomia	25	Técnico em gastronomia	Equipamentos dos cursos da área de gastronomia

Tabela 33 - Laboratórios do *campus* Samambaia

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Informática I	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projetor Multimídia, CPU Desktop 6005 pro, monitor, mesa retangular, 2 cadeiras Giratória, quadro branco côncavo

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Informática II	35	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projektor Multimídia; CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeiras giratórias, quadro branco côncavo.
Informática III	40	Cursos FIC, Técnico em Edificações, Controle Ambiental	Projektor multimídia, CPU Desktop 6005 pro; monitor, mesa retangular, cadeira giratória, quadro branco
Topografia	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Estação total de topografia, nível eletrônico de precisão digital, nível Ótico AT-G6 com tripé e mira, par medidor GPS, teodolito Eletrônico; trena a laser Óptica, armário alto, mesa retangular e cadeira para laboratório
Solos	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	Agitador de peneiras, aparelho Casagrande elétrico com contador de golpes analógico, aparelho dispersor de solos de bancada, balança de precisão, balança eletrônica, carrinho com duas plataformas para transporte, conjunto para ensaio abr em campo, cronometro digital portátil, Catalogar de temperatura e umidade , destilador de água tipo pilsen, destilador de Femel, dispersor de solos, estufa de secagem e esterilização, extrator de amostras hidráulico cbr/proctor/marshall, furadeira de impacto profissional, makita , medidor de PH digital, medidor de Umidade tipo Speedy, mesa para pesagem hidrostática, mesa vibratória em aço , penetrômetro de cone manual para solos, penetrômetro universal simples , permeâmetro carga constante, permeâmetro carga variável , prensa eletromecânica automática , relógio comparador, repartidor de Amostras, soquete cilíndrico, tanque para banho de provetas com aquecimento , Projektor Multimídia , CPU , Monitor LCD 20" , NOTEBOOK, frigobar, cadeira para laboratório, mesa retangular, mesa reta
Águas e efluentes	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	Mesa reta, quadro branco, bomba de vácuo e ar comprimido, forno elétrico para tratamento térmico , sistema global

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
			<p>de Posicionamento via satélite - GPS, chuveiro lava-olhos, espectrofotômetro digital, medidor portátil de Oxigênio, garrafa de van dorn, fotômetro de chama, triturador trifásico, Banho termostatizado, Destilador de água tipo pilsen, capela para exaustão de gases, agitador Magnético com aquecimento, moinho de facas tipo willye superstar, medidor de PH, coluna deionizador água, cronometro digital portátil, turbidimetro portátil, datalogger de temperatura e umidade, termômetro digital portátil (tipo espeto), chapa aquecedora, bancada para laboratório tipo plataforma para 05 pessoas , refrigerador, balança aço carbono , estufa de esterilização e secagem, lavador Automático de Pipetas decibelímetro digital portátil, manta aquecedora, Jar Test 6 provas digital programável completo, triturador de resíduos orgânicos, britador de mandíbulas e Projector.</p>
Microbiologia	25	Cursos FIC e Técnico em Controle Ambiental	<p>Mesa reta, quadro branco, microscópio Biológico Binocular, Microscópio com câmara biológico trinocular, chuveiro lava-olhos, banquetta, contador digital de colônias, autoclave vertical, incubadora Bod Microprocessada, estereomicroscópio binocular, banho termostatizado, bancada para laboratório tipo plataforma, refrigerador Duplex, agitador de tubos tipo vortex, lavador Automático de Pipetas, agitador mecânico, bancada de Fluxo laminar horizontal, balança analítica digital , britador de mandíbulas, mesa retangular, mesa retangular, frigobar, CPU, monitor, Impressora, quadro branco com cavalete e Projetor Multimídia.</p>
Materiais de Construção	20	Cursos FIC e Técnico em Edificações	<p>Luxímetro digital, Luxímetro digital portátil, megômetro digital para medição de resistência de isolamento, tensão alternada e continuidade, multímetro digital, osciloscópio, osciloscópio digital</p>

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
			portátil, terrômetro, medição de tensão e resistência de aterramento, aparelho de Vicat, aparelho medidor de ar incorporado para concreto, aparelho medidor de impulso ultrassônico portátil, aparelho para determinação da superfície específica do cimento, aparelho para determinação do teor de ar incorporado ao concreto fresco, aparelho para determinar retenção de água em argamassas, argamassadeira de movimento planetário para mistura de cimentos e argamassas, balança de precisão, balança digital, betoneira, bigorna para calibração de esclerômetro, bomba de vácuo e ar comprimido, célula de carga triaxial, comparador de expansibilidade/retração com barra padrão de aço, cronometro digital portátil, esclerômetro modelo N(suíço) de impacto Schmidt para determinação "in loco", estufa para secagem e esterilização, makita, máquina para ensaios de abrasão tipo Los Angeles máquina Universal de ensaios mecânicos em materiais, medidor de ar incorporado pelo método presometrico em argamassa, medidor portátil de consistência do concreto fresco em formas e moldes, motobomba autoescorvante com motor elétrico trifásico, prensa hidráulica elétrica digital, prensa Manual, relógio comparador com base magnético, relógio comparador curso de 10mm, relógio comparador curso de 20mm, termômetro digital portátil, trena a Laser Óptica, vibrador imersão para concreto.
Laboratório Rede e-Tec Brasil	25	Cursos na área de movelaria	Equipamentos dos cursos da área de movelaria

Tabela 34 - Laboratórios do *campus* São Sebastião

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Secretariado	25	Secretariado, Secretaria Escolar	Mesas para simulações, balcão, mesas redondas, armários e cadeiras,

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Saúde e Cuidados	25	Cuidador de Idosos, Monitor Infantil	Chuveiro, pias, vaso sanitário, macas, berços, armários,
Multimeios Didáticos	25	Secretariado, Secretaria Escolar, cuidador de idosos, imagem pessoal, línguas, letras-português.	Projetor, sistema de som, câmera, mesas trapezoidais, armários,

Tabela 35 - Laboratórios do *campus* Taguatinga

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Fabricação Mecânica	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 tornos, 2 fresas, 2 retíficas, centro de usinagem, torno CNC, afiadora, furadeira de coluna, 10 moto-esmeril, 2 curvadores de tubo e girafa.
Eletrônica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial/ Informática	16 fontes de tensão, 21 osciloscópios, 16 geradores de funções, 25 multímetros digitais, 29 alicates amperímetros, 1 fresadora CNC, 1 fresadora Laser, 2 fornos, 2 estações de solda, 1 banho químico, 1 posicionador de componentes eletrônicos, 3 computadores, ferramentas diversas, Data show.
Materiais	8	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	Máquina de ensaio universal, embutidora metalográfica, 2 politrizes metalográficas, durômetro, computador.
Soldagem	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	8 máquinas de solda elétrica, 3 máquinas TIG, máquina MIG-MAG, cilindros de gás, EPIs e ferramentas, computador
Metrologia	16	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Física	Máquina de medição por coordenadas, projetor de perfil, microscópio de medição, câmera termográfica, medidor de vibração, medidor de espessura por ultrassom, calibrador de paquímetro, calibrador de relógio comparador e calibrador de micrômetro, 140 paquímetros, 160 micrômetros, 40 relógios comparadores, 40 relógios apalpadores, 9 jogos de blocos padrão, 50 suportes, 2 computadores e projetor.

Laboratório	Capacidade de atendimento por turno	Cursos Atendidos	Principais Equipamentos Disponíveis
Pneumática/ Hidráulica/ Manutenção Industrial	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial	12 bancadas de pneumática, bancada hidráulica, 12 bancadas de automação e controle, peças de máquinas diversas e ferramentas, computador e projetor
Eletrotécnica	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Física / Informática	1 bancada didática, 1 kit de eletrotécnica, 1 kit de medidas elétricas, 1 kit de servo comando, 1 kit de partida estática, 1 kit de CLP, 1 computador, Datashow.
Pesquisa de Moda	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow
Costura 1	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura industriais e acabamento
Costura 2	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Maquinas de costura reta e máquinas especiais, Datashow
Criatividade	16	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Mesas de apoio e cadeiras, Datashow
Corte e Modelagem	32	Vestuário/Design de Moda/Artesanato	Máquina de infesto, 50 manequins, 1 bordadeira, 1 serra de tecido e 2 máquinas de acabamento, Datashow
Desenho	32	Eletromecânica / Refrigeração / Automação Industrial / Vestuário/ Design de Moda/ Artesanato	32 pranchetas e bancos, Datashow
Hardware	25	Informática	50 multímetros, 12 computadores, ferramentas e mesas de apoio, Datashow
Laboratório rede e-Tec Brasil	25	Técnico em eletromecânica	Equipamentos para aula de robótica para crianças

7.4. RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE AUDIOVISUAL

Dada a diversidade de eixos tecnológicos, de cursos e de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos dez *campi* do IFB, cada unidade administrativa possui seus próprios recursos tecnológicos e equipamentos de audiovisual. Estes recursos estão disponíveis para os professores utilizarem em suas salas de aula, laboratórios e nos auditórios dos *campi* da instituição.

Além dos recursos dos campi, o IFB possui um espaço destinado à produção de videoaulas e outros materiais audiovisuais sob responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância.

7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O Plano de Acessibilidade visa a orientar o IFB na adequação de sua infraestrutura física, no sentido de atender às orientações legais e estar em consonância com sua política de inclusão. A partir das reuniões das coordenações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) com a Coordenação de Ações Inclusivas e da realização do Seminário sobre Acessibilidade Arquitetônica no IFB, promovido em 23 de setembro de 2013, com a presença do Núcleo de Engenharia do IFB, concluiu-se que todos os projetos executivos de construção dos espaços devem prever acessibilidade e facilidade de locomoção para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, as áreas já construídas e que não possuem acessibilidade, deverão passar por adequações gradativas a curto e médio prazo. O IFB embasou todas as suas ações nas Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050/2004. “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, NBR 9077/2001 - “Saídas de Emergência em Edifícios” e NBR 13994/1999 - “Elevadores de Passageiros – Elevadores para Transportes de Pessoas Portadora de Deficiência”.

Ainda, conforme o Decreto nº 5.296, de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048 e 10.098, de 2000, cuja prioridade de atendimento é para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o IFB pretende atender às suas normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência, de acordo com o que foi definido no artigo 2º:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos

urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000).

O Decreto supracitado define ainda que, “barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. No artigo 24, afirma que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2000)

Nesse contexto, O IFB por meio de seus Napnes, realizou um *checklist* da acessibilidade e identificou algumas barreiras. Para eliminá-las, o IFB está gradativamente redimensionando seus espaços para acesso de todos os usuários, adequando sanitários, alargando portas e vias de acesso, construindo rampas, instalando corrimãos e colocando sinalização tátil e visual; bem como adquirindo mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva.

Espaços

O plano prevê propostas para a eliminação de desníveis e de limitação ao alcance manual e utilização de áreas para manobras sejam externas ou internas. Gradativamente serão adequados os espaços (blocos de salas de aula, salas de aula, laboratórios, bloco administrativo, auditório, ginásio de esportes, estacionamento, biblioteca e refeitório), quando couber, de forma a garantir minimamente a acessibilidade a todo público.

As novas obras e reformas devem prever o que regem as Normas Regulamentadoras, especialmente a NR 17 - ergonomia, no que concerne a iluminação, a ventilação, conforto térmico e acústico dos ambientes.

Para tal foi elaborado o zoneamento dos *campi*, especificando as áreas administrativas, educacionais, de serviços de alimentação, serviços de saúde, moradias estudantis, áreas esportivas, áreas de produção e experimentos e seus respectivos acessos e circulações. A partir do zoneamento foi providenciado um plano diretor para a execução de tais ações contemplando:

- A circulação interna dos campi;
- os refeitórios;
- os ginásios de esportes;
- os auditórios;
- os mobiliários;
- os serviços de transporte;
- as edificações;
- os sistemas de comunicação e informação;
- o serviço de tradutor e intérprete de Libras; e
- os dispositivos.

Para acompanhar as permanentes adequações em prol da acessibilidade, o IFB conta com uma equipe permanente composta por engenheiros e arquitetos, além de representantes dos Napnes.

7.6. CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Uma vez que a instituição já se consolidou no Distrito Federal, implantando com sucesso seus 10 *campi* em regiões administrativas do Distrito Federal, para esses dez *campi* não há previsão de grandes ampliações nas instalações físicas para o próximo quinquênio.

Para o período de vigência desta edição do PDI, o foco será nas ações de manutenção da infraestrutura existente, visto que a maioria das obras já teve seu prazo de garantia expirado.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

8.1. PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de autoavaliação institucional está a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Formada por representantes eleitos dos estudantes, técnicos, docentes e comunidade externa, a CPA periodicamente realiza os processos de autoavaliação institucional bem como a avaliação dos cursos superiores do IFB.

Recentemente o regimento interno da CPA foi revisto e aprovado pelo Conselho Superior por meio da resolução nº 33/2018. A revisão teve como principal característica a adequação do regulamento a estrutura multicampi da instituição na perspectiva de ampliar a participação da comunidade no planejamento e na execução dos processos de avaliação institucional.

O projeto de avaliação interna considera as dimensões da Lei n.º 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES:

- a) A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

- f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- i) Políticas de atendimento aos estudantes;
- j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

8.1.1. Metodologia

As ações desenvolvidas pela CPA para a realização da autoavaliação institucional, em conformidade compreendem:

- a) Sensibilização, envolvimento e mobilização da comunidade acadêmica;
- b) Levantamento da documentação, dados e indicadores institucionais junto a unidades acadêmicas e administrativas do IFB;
- c) Elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos do IFB;
- d) Elaboração do relatório final;
- e) Divulgação e discussão dos resultados alcançados.

8.1.2. Instrumentos externos

Compreende os mecanismos de avaliação de responsabilidade do INEP e outros órgãos, como previstos na Lei nº 10.861/ 2004. Tais mecanismos compreendem:

- a) Avaliação das Instituições de Ensino Superior - AVALIES, responsabilidade do INEP e realizado no processo de credenciamento da instituição como IES;

- b) Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG, responsabilidade do INEP e realizado no processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos diversos cursos de graduação da instituição;
- c) Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE, conforme o Art. 5º da Lei n.º 10.861, de 2004;
- d) Avaliações da CAPES para credenciamento ou renovação de credenciamento de cursos de pós-graduação mantido pelo IFB;
- e) Cadastro Nacional de Docentes;
- f) Censo da Educação Superior;
- g) Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- h) Demais sistemas de acompanhamento e supervisão da educação.

8.1.3. Instrumentos internos

O Processo de autoavaliação partiu da revisão dos instrumentos elaborados pela gestão da CPA 2010/2012. A reelaboração teve como referência os cinco eixos que englobam as dez dimensões do SINAES, presentes no documento Avaliação Institucional Externa, que subsidiam o ato de credenciamento e reconhecimentos institucional e transformação de organização acadêmica.

Para divulgação do processo de autoavaliação, a CPA realiza visitas aos *campi*, apresenta a proposta e sensibiliza quanto à importância da participação nesse processo. O questionário de avaliação institucional é aplicado de forma eletrônica.

8.1.4. Formas de participação da comunidade acadêmica

A avaliação deve preferencialmente ocorrer em horário que viabilize a maior participação possível de membros da comunidade acadêmica.

8.1.5. Formas de utilização dos resultados das avaliações

Os resultados do processo dão subsídio a definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir, assim como, às ações internas

e reformulação do planejamento estratégico institucional. O conhecimento, gerado pelo processo de autoavaliação tem a finalidade clara de priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição para o futuro.

Os relatórios gerados servem para que a Instituição identifique acertos, ineficiências, vantagens, potencialidades e dificuldades envolvidas no processo e que suscitem uma reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas, assumindo assim a direção efetiva de sua gestão política, acadêmica e científica. Também servem de base para revisão do planejamento dos projetos pedagógicos dos cursos.

O conhecimento das estratégias adequadas norteia as decisões no sentido de disseminá-las. As formas de ação que não apresentam resultados satisfatórios podem ser modificadas, buscando-se alternativas para novos caminhos. Uma vez que o trabalho tem como objetivo apontar pontos fortes e fracos da Instituição, permitindo alterações favoráveis, os resultados são analisados pelos diretores, coordenadores, professores e, especialmente, pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

9. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1. DEMONSTRAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A proposta orçamentária dos Institutos Federais de Educação, conforme dispõe a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é elaborada pelos *campi* e Reitoria, exceto no que diz respeito às despesas de pessoal, encargos sociais e benefícios de servidores. Desde a criação dos Institutos Federais, a proposta orçamentária é validada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF.

O FORPLAN, por meio de uma comissão de orçamento, elabora a proposta de Matriz Orçamentária para o próximo exercício financeiro, denominada Matriz CONIF, em geral, no fim do primeiro semestre de cada ano, e apresenta ao CONIF para validação que, por sua vez, apresenta à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC para aprovação final. Atualmente, a sistemática da elaboração está baseada, principalmente, no número de alunos de cada *campus* “pré-expansão” e na quantidade de *campi* do tipo “expansão”. Os *campi* “pré-expansão” são aqueles já existentes antes da criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, enquanto que os *campi* “em expansão” são aqueles criados concomitantemente à lei e permanecem nesse status durante cinco anos. Após cinco anos o *campus* passa a ser considerado “pré-expansão”.

A metodologia da Composição da Matriz CONIF utiliza como principais parâmetros os seguintes elementos para constituição dos valores orçamentários:

- Número de alunos ponderados por cursos de custo baixo, médio e alto;
- Número de alunos de cursos agropecuários;
- Número de *campi* em expansão da Rede Federal;
- Alunos de Ensino a Distância;
- Alunos em Regime de Internato Pleno – RIP;

- Discriminação do número de alunos por nível de ensino (ensino médio, técnico, tecnológico, licenciatura, graduação, pós-graduação);

9.1.1. Estratégia de gestão econômico-financeira

A elaboração da proposta orçamentária do IFB está ligada diretamente ao ciclo orçamentário do Governo Federal, ou seja, o orçamento institucional deve estar em consonância com o Plano Plurianual (PPA) e os seus programas, objetivos e iniciativas. Nesse sentido a proposta orçamentária do IFB segue as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

O Orçamento do IFB contempla os seguintes Programas do PPA: Programa Educação Profissional e Tecnológica; Programas de Gestão; Manutenção e Serviços ao Estado e Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e Previdência de Inativos e Pensionistas da União. Estes programas se subdividem em Ações Orçamentárias, das quais resultam em produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.

9.1.2. Planos de investimentos

A princípio, em função da Emenda Constitucional 95/2016, que limita o teto de gastos públicos, e, em decorrência da conclusão das obras de construção das 10 unidades do IFB, não há, no momento, previsão de investimentos. Ações de recuperação, ampliação, modernização e atualização tecnológica se fazem necessárias para que se possa ofertar melhores condições de ensino na instituição.

Além dos recursos repassados do Tesouro para OCC, poderemos contar, ainda, com os recursos próprios, como também, submeter os projetos de investimento ao MEC e Instituições Parceiras, visando à obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura.

9.1.3. Previsão orçamentária e cronograma de execução

A previsão orçamentária para os próximos 5 anos e o cronograma de execução está apresentado na Tabela 36.

Tabela 36 - Previsão orçamentária e cronograma de execução - 2019/2023

Unidade administrativa	PLOA 2019 (em R\$)	2020 (em R\$)	2021 (em R\$)	2022 (em R\$)	2023 (em R\$)
Brasília	3.957.493,41	4.095.609,93	4.238.546,72	4.386.472,00	4.539.559,87
Ceilândia	1.737.127,59	1.806.612,69	1.878.877,20	1.954.032,29	2.032.193,58
Estrutural	1.746.660,00	1.816.526,40	1.889.187,46	1.964.754,95	2.043.345,15
Gama	2.367.804,18	2.462.516,35	2.561.017,00	2.663.457,68	2.769.995,99
Planaltina	5.992.764,07	6.232.474,63	6.481.773,62	6.741.044,56	7.010.686,35
Riacho Fundo	1.757.611,98	1.827.916,46	1.901.033,12	1.977.074,44	2.056.157,42
Samambaia	2.487.252,59	2.586.742,69	2.690.212,40	2.797.820,90	2.909.733,73
São Sebastião	1.846.955,03	1.920.833,23	1.997.666,56	2.077.573,22	2.160.676,15
Taguatinga	3.156.071,01	3.282.313,85	3.413.606,40	3.550.150,66	3.692.156,69
Recanto das Emas	1.107.537,61	1.151.839,11	1.197.912,68	1.245.829,19	1.295.662,35
Reitoria	3.892.783,02	4.048.494,34	4.210.434,11	4.378.851,48	4.554.005,54
Extensão tecnológica	281.262,13	292.512,62	304.213,12	316.381,64	329.036,91
Inovação tecnológica	281.262,13	292.512,62	304.213,12	316.381,64	329.036,91
Pesquisa aplicada	281.262,13	292.512,62	304.213,12	316.381,64	329.036,91
Investimento linear rede	2.000.923,00	2.080.959,92	2.164.198,32	2.250.766,25	2.340.796,90
EaD - PREN	104.458,12	108.636,44	112.981,90	117.501,18	122.201,23
TOTAL	32.999.228,00	34.299.013,90	35.650.086,85	37.054.473,72	38.514.281,68

Ressalta-se ainda a previsão orçamentária relacionada a assistência ao educando. A Tabela 37 apresenta uma projeção dos recursos a serem destinados assistência ao educando para o período de vigência do PDI, tomando como referência os valores previstos na LOA/2018 e no PLOA 2019.

Tabela 37 - Previsão de recursos destinados à assistência ao educando

Elemento de despesa	2019 (em R\$)	2020 (em R\$)	2021 (em R\$)	2022 (em R\$)	2023 (em R\$)
Assistência ao educando	6.079.367,19	6.313.189,10	6.556.004,17	6.808.158,28	7.070.010,62

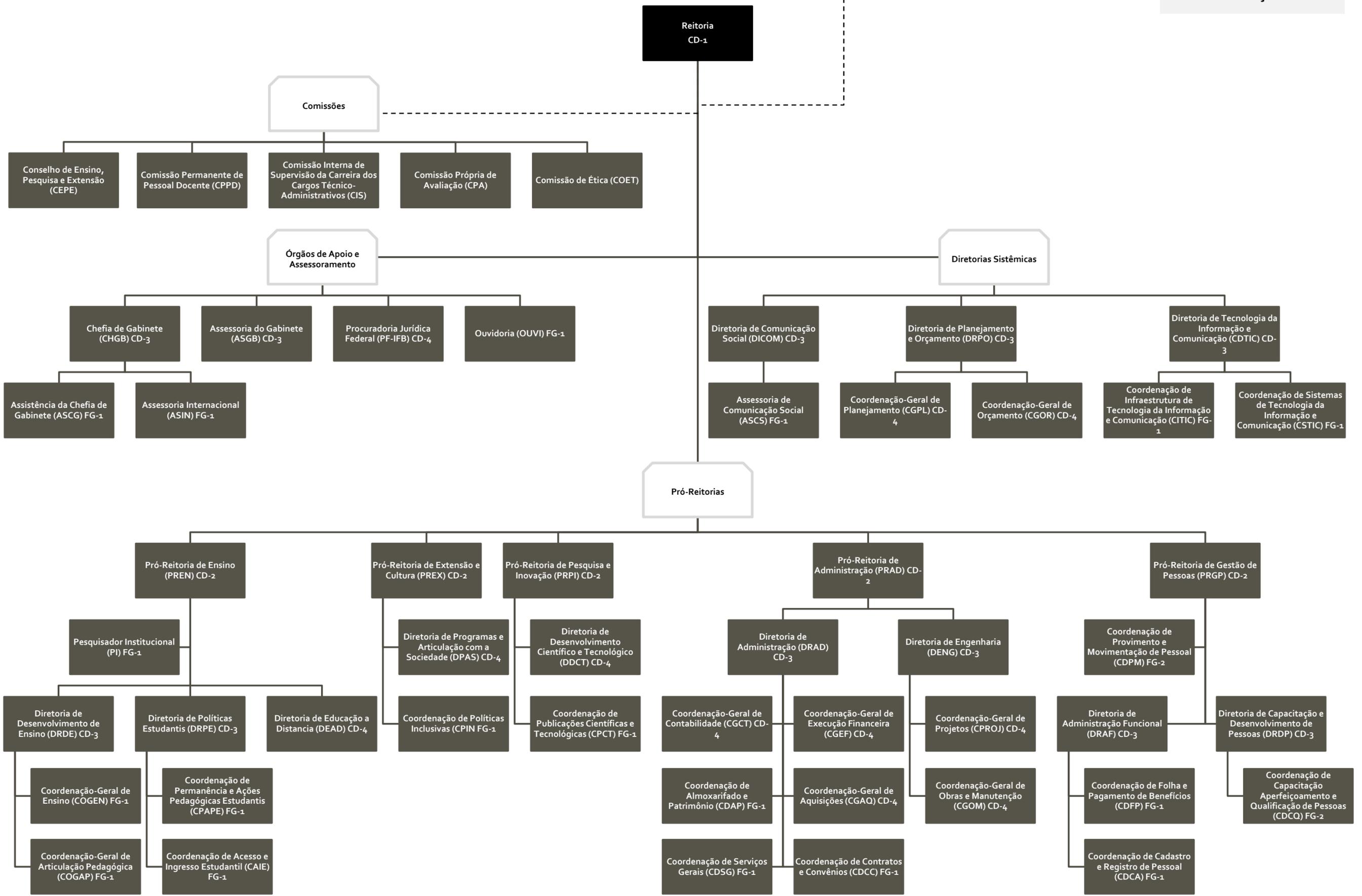
10. ANEXOS

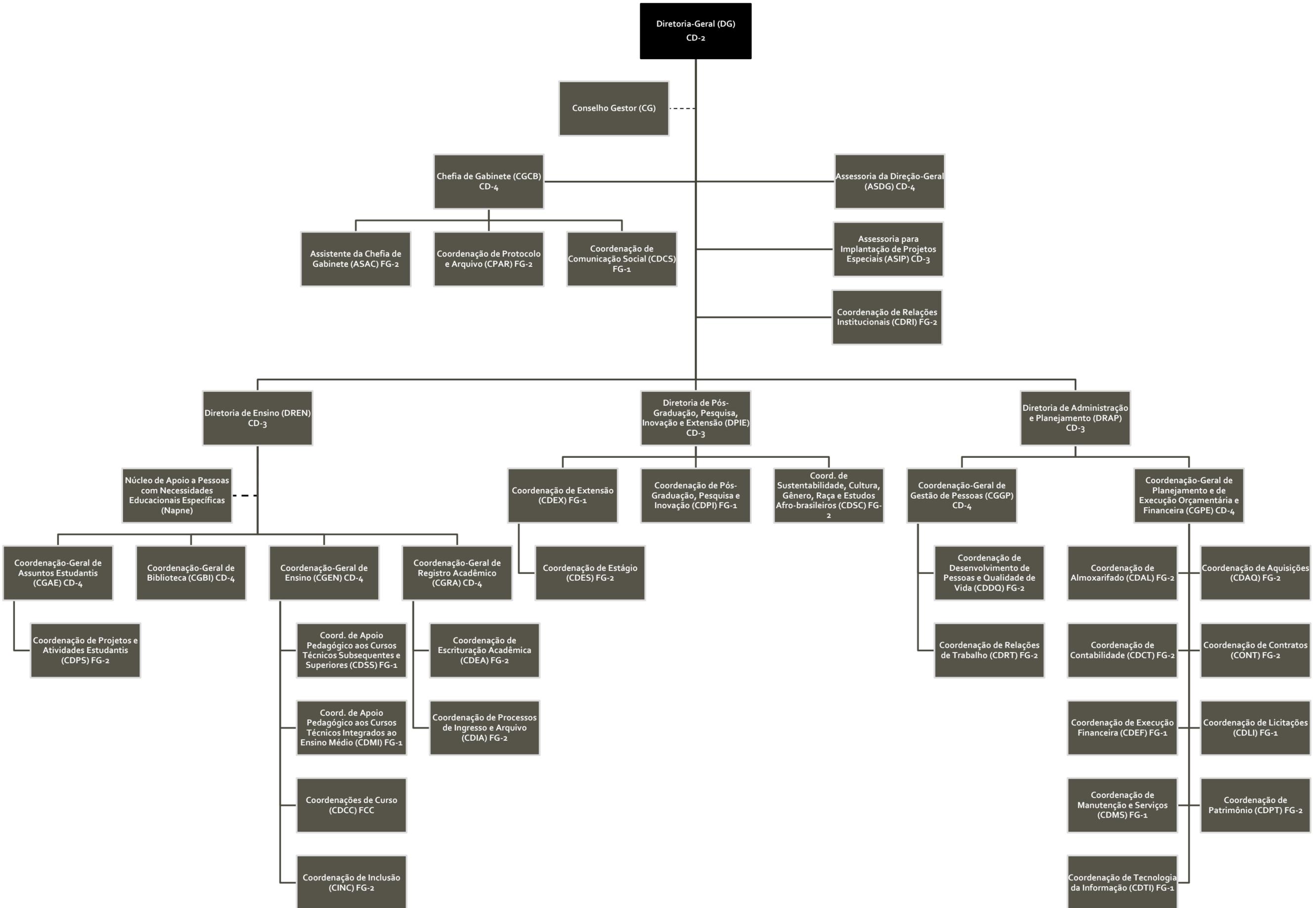
ANEXO I - ORGANOGRAMA DO IFB (RESOLUÇÃO CS Nº 001/2017)

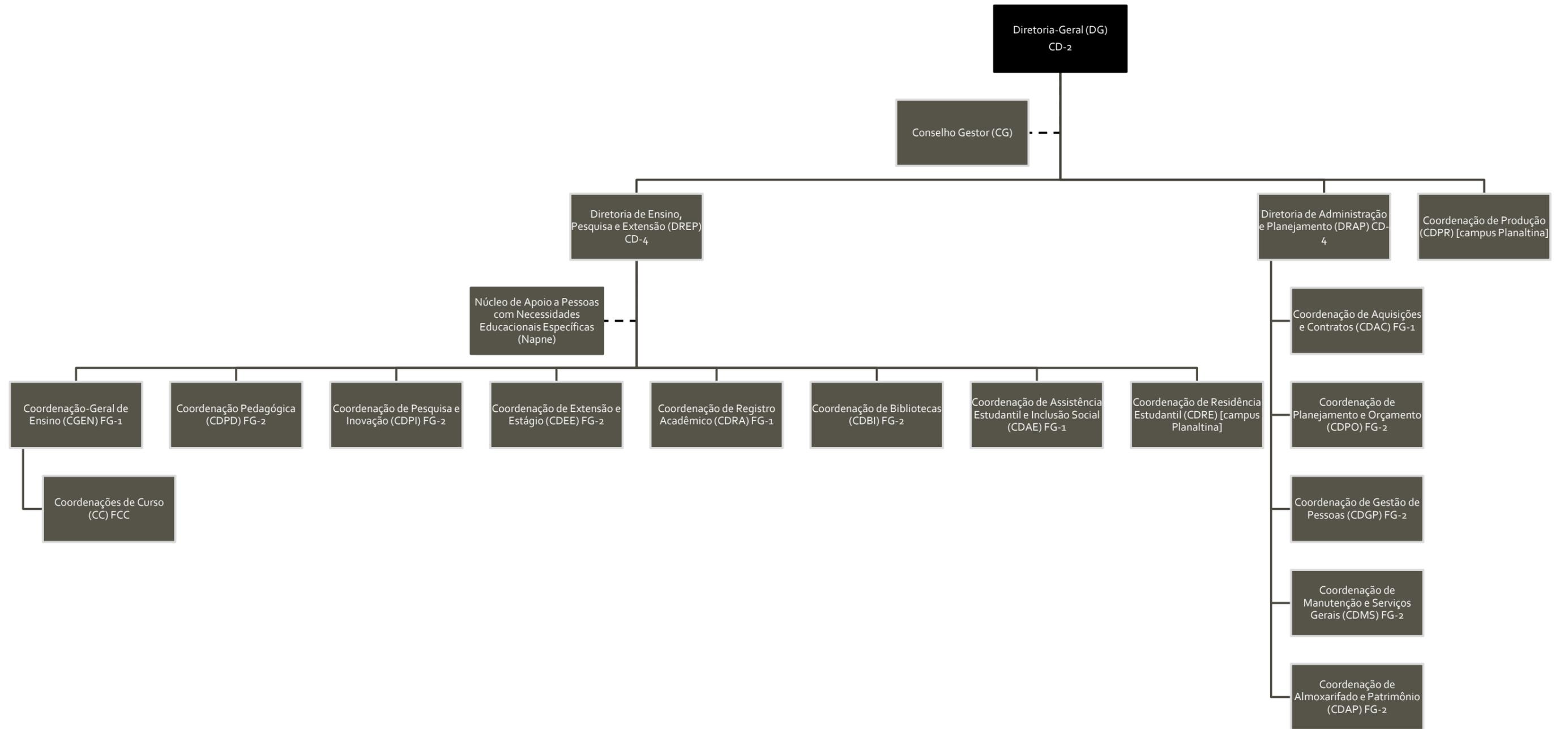
Ver páginas a seguir.



ADMINISTRAÇÃO GERAL







ANEXO II – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico adotou os conceitos de Objetivos Estratégicos que apontam metas claras para disseminar a estratégia da organização, a partir da teoria de *Balanced Scorecard (BSC)*. A tradução da estratégia, segundo as bases originais do modelo *BSC*, foi elaborada em três perspectivas, a saber:

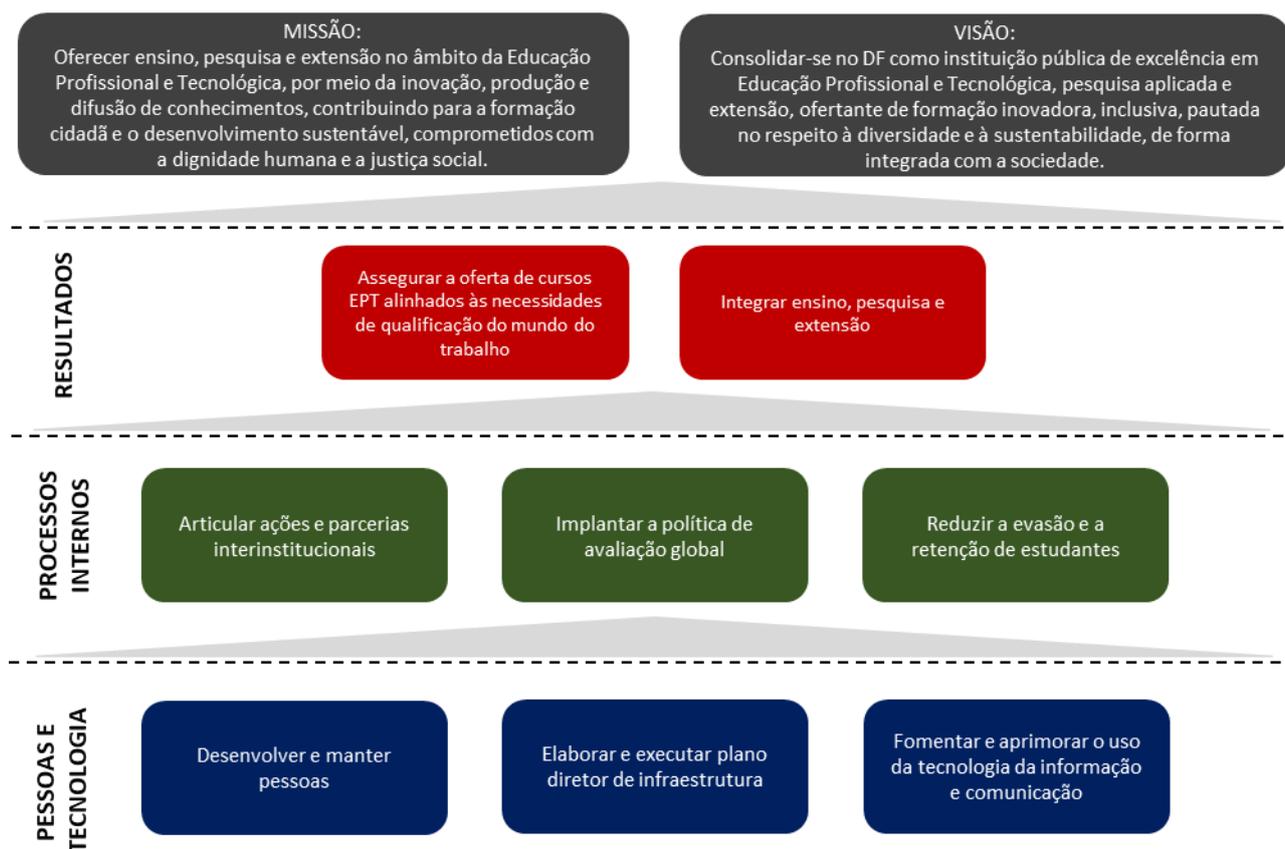
- i) Pessoas e tecnologia;
- ii) Processos internos e;
- iii) Resultados.

A) Mapa estratégico

A construção do Mapa Estratégico do IFB elenca as seguintes perspectivas: Pessoas e Tecnologia, agrupando nesta perspectiva (Gestão de Pessoas, Infraestrutura, Tecnologia e Orçamento); Processos Internos, os objetivos estratégicos dessa perspectiva apontam para a busca da excelência operacional; Sociedade, perspectiva que aponta para a definição de parâmetros de qualidade da educação com foco no usuário do Instituto; e Resultados, perspectiva que reúne os objetivos das atividades finalísticas da instituição.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a instituição pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Foram elaborados 8 (oito) objetivos estratégicos para o IFB. Conforme se apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Mapa estratégico do Instituto Federal de Brasília - PDI 2019/2023



B) Objetivos estratégicos e indicadores

Os objetivos estratégicos componentes do Mapa Estratégico do IFB, são declarações de iniciativas que serão adotadas pela Instituição para direcionar o caminho a ser seguido para o alcance da Missão e materialização da Visão estabelecidas.

Os indicadores são sinalizadores do alcance de um estado desejado. Servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados. A definição dos indicadores reflete o desempenho da Instituição em relação aos objetivos estratégicos, informando o “quanto” ela se encontra direcionada a sua Visão.

Para uma melhor compreensão, apresenta-se no Quadro 1, os objetivos estratégicos e seus indicadores, distribuídos nos eixos temáticos Resultados, Processos Internos, Pessoas e Tecnologia, respectivamente:

Quadro 1 – Indicadores por objetivos estratégicos e perspectivas do BSC

Resultados

1.1 Assegurar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho
Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT): formação inicial e continuada, ensino médio integrado, PROEJA, cursos de graduação e de pós-graduação
1.1.1 Número de <i>campi</i> ofertando ensino médio integrado por ano
1.1.2 Número de <i>campi</i> ofertando PROEJA por ano
1.1.3 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho, por <i>campus</i>
1.1.4 Percentual de alunos matriculados licenciatura / formação docente, por <i>campus</i>
1.1.5 Percentual de alunos matriculados PROEJA, por <i>campus</i>
1.1.6 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio, por <i>campus</i>
1.2 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão
Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB - gestores, docentes, discentes, comunidade - nos processos de ensino, pesquisa e extensão
1.2.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão
1.2.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão
1.2.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão

Processos Internos

2.1 Articular ações e parcerias interinstitucionais
Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os estudantes e servidores, bem como consolidar a ideia de rede interna e externa
2.1.1 Número de parcerias de estágios vigentes
2.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes
2.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes
2.1.4 Número de parcerias regionais vigentes
2.1.5 Eventos externos de divulgação
2.1.6 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano
2.2 Implantar a Política de Avaliação Global
Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão do IFB
2.2.1 Eventos de avaliação institucional, por <i>campus</i>
2.2.2 Número de <i>campi</i> envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação
2.2.3 Percentual de construção e implantação da Política de Avaliação Global
2.2.4 Índice de execução do orçamento de Assistência ao Educando
2.2.5 Índice de execução do orçamento do NAPNE
2.2.6 Número de eventos de planejamento orçamentário e participativo, por <i>campus</i>
2.2.7 Fórum institucional para discussão de políticas internas
2.2.8 Número conferências de avaliação do PDI

2.2.9 Número de eventos por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática
2.3 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes
Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais
2.3.1 Índice de eficiência acadêmica
2.3.2 Percentual de alunos evadidos
2.3.3 Percentual de alunos retidos
2.3.4 Número de conselhos gestores implantados com minimamente três reuniões ordinárias anuais
2.3.5 Aumento percentual de acessos às redes sociais e ao portal do IFB
2.3.6 Número de <i>campi</i> que permite a oferta de verticalização
2.3.7 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício
2.3.8 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação
2.3.9 Percentual de docentes com formação pedagógica

Pessoas e Tecnologia

3.1 Desenvolver e manter pessoas
Desenvolver pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor
3.1.1 Indicador de absenteísmo
3.1.2 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação
3.1.3 Índice de qualificação dos servidores no ano (Docente)
3.1.4 Índice de qualificação dos servidores no ano (TAE)
3.2 Elaborar e executar plano diretor de infraestrutura
Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB
3.2.1 Percentual de execução do plano
3.3 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação
Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB
3.3.1 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados
3.3.2 Atualizar o parque tecnológico do IFB

C) Metas institucionais

As metas representam quantitativamente os resultados a serem alcançados pelo IFB para os próximos cinco anos de forma a alcançar os objetivos estratégicos. São níveis de desempenho necessários para a Instituição evoluir de acordo com a estratégia adotada. Sua quantificação, por meio de indicadores, possibilita acompanhar a eficácia da instituição a partir dos valores estabelecidos com prazos para sua execução, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Metas por indicador e objetivo estratégico

Resultados

1.1 Assegurar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica alinhados às necessidades de qualificação do mundo do trabalho

Indicador	1.1.1 Número de <i>campi</i> ofertando ensino médio integrado por ano			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de } campus \text{ que ofertam EMI})$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	10	10	10	10

Indicador	1.1.2 Número de <i>campi</i> ofertando PROEJA por ano			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de } campus \text{ que ofertam PROEJA})$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
8	10	10	10	10

Indicador	1.1.3 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho. por <i>campus</i>			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de } eventos \text{ em } articulação \text{ ao } mundo \text{ do } trabalho \text{ por } campus)$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento	PREX	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
1	1	1	1	1

Indicador	1.1.4 Percentual de alunos matriculados licenciatura / formação docente, por <i>campus</i>			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de } alunos \text{ matriculados em } cursos \text{ licenciatura no } campus \div n^{\circ} \text{ total de } alunos \text{ matriculados no } campus) \times 100$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	20%	20%	20%	20%

Indicador	1.1.5 Percentual de alunos matriculados PROEJA por <i>campus</i>			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de } alunos \text{ matriculados em } cursos \text{ PROEJA no } campus \div n^{\circ} \text{ total de } alunos \text{ matriculados no } campus) \times 100$			

Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento			PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
15%	15%	10%	10%	10%	

Indicador	1.1.6 Percentual de alunos matriculados técnico de nível médio, por <i>campus</i>				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio no campus} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados no campus}) \times 100$				
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento			PREN
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
50%	50%	50%	50%	50%	

1.2 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão

Indicador	1.2.1 Índice de projetos e programas articulados com ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de PP articulados com EnPeEx} \div n^{\circ} \text{ total de PP criados}) \times 100$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento			PREN/PREX/PRPI
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
40%	40%	45%	45%	50%	

Indicador	1.2.2 Número de editais conjuntos ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de editais conjuntos de EnPeEx})$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento			PREN/PREX/PRPI
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
3	3	3	3	3	

Indicador	1.2.3 Número de seminários, feiras, fóruns e congressos articulados com ensino, pesquisa e extensão				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de SFFC articulados com EnPeEx})$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento			PREN/PREX/PRPI
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
20	20	20	20	20	

Processos Internos

2.1 Articular ações e parcerias interinstitucionais

Indicador	2.1.1 Número de parcerias de estágio vigentes				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de parcerias de estágio vigentes})$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento			PREX
Meta					
2019	2020	2021	2022	2023	
50	60	70	80	90	

Indicador	2.1.2 Número de parcerias internacionais vigentes				
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de parcerias internacionais vigentes})$				
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento			GAB-RIFB
Meta					

2019	2020	2021	2022	2023
10	11	12	13	14

Indicador	2.1.3 Número de parcerias nacionais vigentes			
Cálculo	<i>(nº de parcerias nacionais vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		PREX
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
28	29	30	31	32

Indicador	2.1.4 Número de parcerias regionais vigentes			
Cálculo	<i>(nº de parcerias nacionais vigentes)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		PREX
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
35	37	39	41	43

Indicador	2.1.5 Eventos externos de divulgação			
Cálculo	<i>(nº de eventos externos de divulgação por ano)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		DICOM
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
3	3	3	3	3

Indicador	2.1.6 Número de eventos interinstitucionais promovidos por ano			
Cálculo	<i>(nº de eventos interinstitucionais promovidos no ano)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		PREN/PREX/PRPI
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
5	5	5	5	5

2.2 Implantar a Política de Avaliação Global

Indicador	2.2.1 Eventos de avaliação institucional, por <i>campus</i>			
Cálculo	<i>(nº de eventos de avaliação institucional por campus)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		CAMPI
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
1	1	1	1	1

Indicador	2.2.2 Número de <i>campi</i> envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação			
Cálculo	<i>(nº de campi envolvidos com a elaboração das diretrizes de avaliação)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		PREN
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	10	10	10	10

Indicador	2.2.3 Percentual de construção e implantação da Política de Avaliação Global			
Cálculo	<i>(% de implantação e execução da política)</i>			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		CGPL

Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	50%	75%	90%	100%

Indicador	2.2.4 Índice de execução do orçamento de Assistência ao Educando			
Cálculo	$(\text{valor do orçamento da Assistência ao Educando executado} \div \text{valor do orçamento da Assistência ao Educando previsto}) \times 100$			
Fonte	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento		DRPO
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador	2.2.5 Índice de execução do orçamento do NAPNE			
Cálculo	$(\text{valor do orçamento do NAPNE executado} \div \text{valor do orçamento do NAPNE previsto}) \times 100$			
Fonte	SIAFI	Responsável pelo acompanhamento		DRPO
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador	2.2.6 Número de eventos de planejamento orçamentário e participativo, por <i>campus</i>			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de eventos de planejamento orçamentário e participativo por campus})$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		DRPO
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
1	1	1	1	1

Indicador	2.2.7 Fórum institucional para discussão de políticas internas			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de fóruns institucionais para discussão de políticas internas})$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		GAB-RIFB
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	10	10	10	10

Indicador	2.2.8 Número conferências de avaliação do PDI			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de conferências de avaliação do PDI})$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		DRPO
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
0	0	1	0	1

Indicador	2.2.9 Número de eventos por unidade administrativa relacionados à Gestão Democrática			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de eventos relacionados à Gestão Democrática})$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento		Campus/Reitoria
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
5	5	5	5	5

2.3 Reduzir a evasão e a retenção de estudantes

Indicador	2.3.1 Índice de eficiência acadêmica			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de concluintes} \div n^{\circ} \text{ de vagas ofertadas}) \times 100$ (de acordo com a Plataforma Nilo Peçanha)			
Fonte	Plataforma Nilo Peçanha	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
35%	38%	43%	45%	50%

Indicador	2.3.2 Percentual de alunos evadidos			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de alunos evadidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
<60%	<55%	<50%	<45%	<40%

Indicador	2.3.3 Percentual de alunos retidos			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de alunos retidos} \div n^{\circ} \text{ total de alunos matriculados}) \times 100$			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
<20%	<18%	<16%	<14%	<12%

Indicador	2.3.4 Número de conselhos gestores implantados com minimamente três reuniões ordinárias anuais			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de CG implantados que realizam 3 reuniões ordinárias anuais})$			
Fonte	SGI	Responsável pelo acompanhamento	CAMPI	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	10	10	10	10

Indicador	2.3.5 Aumento percentual de acessos às redes sociais e ao portal do IFB			
Cálculo	$[(n^{\circ} \text{ de acessos ao às redes sociais e ao portal do IFB do vigente}) \div n^{\circ} \text{ de acessos às redes sociais e ao portal do IFB do ano anterior}]$			
Fonte	SGPS	Responsável pelo acompanhamento	DICOM	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
5%	5%	5%	5%	5%

Indicador	2.3.6 Número de campi que permite a oferta de verticalização			
Cálculo	Número de campus			
Fonte	SISTEC	Responsável pelo acompanhamento	PREN	
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
10	10	10	10	10

Indicador	2.3.7 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de docentes com doutorado} \div n^{\circ} \text{ total de docentes em efetivo exercício}) \times 100$			
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento		PRGP
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
31%	32%	33%	34%	35%

Indicador	2.3.8 Percentual de egressos que atuam no mercado de trabalho formal dentro de sua área de formação (Conforme estabelecido nos CNCT e CNCST)			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de egressos que atuam no MTF dentro de sua área de formação} \div n^{\circ} \text{ total de egressos}) \times 100$			
Fonte	RAIS/CAGED/SISTEC	Responsável pelo acompanhamento		PREX
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	20%	25%	25%	30%

Indicador	2.3.9 Percentual de docentes com formação pedagógica			
Cálculo	$(n^{\circ} \text{ de docentes com formação pedagógica} \div n^{\circ} \text{ total de docentes}) \times 100$			
Fonte	SGL	Responsável pelo acompanhamento		PREN/CAMPI
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
65%	70%	75%	80%	85%

Pessoas e Tecnologia

3.1 Desenvolver e manter pessoas

Indicador	3.1.1 Indicador de absenteísmo			
Cálculo	a razão entre o número de servidores e o número de servidores que apresentaram atestado no ano de 2018. (O atestado refere-se ao afastamento por motivo de saúde.)			
Fonte	SIASS	Responsável pelo acompanhamento		PRGP
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
18%	16%	14%	12%	10%

Indicador	3.1.2 Índice de participação de servidores em eventos de capacitação			
Cálculo	Percentual de servidores que participaram de eventos de capacitação no exercício.			
Fonte	SGL	Responsável pelo acompanhamento		PRGP
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	25%	25%	25%	25%

Indicador	3.1.3 Índice de qualificação dos servidores no ano (Docente)			
Cálculo	(Quantitativo de docentes que receberam a RT / total de docentes), não incluindo o RSC, no exercício.			
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento		PRGP
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
2%	2%	2%	2%	2%

Indicador	3.1.4 Índice de qualificação dos servidores no ano (TAE)			
Cálculo	(Quantitativo de técnicos que receberam a gratificação de Incentivo à Qualificação / total de técnicos), no exercício.			
Fonte	SIAPE	Responsável pelo acompanhamento		PRGP
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
5%	5%	10%	10%	15%

3.2 Elaborar e executar o plano diretor de infraestrutura

Indicador	3.2.1 Percentual de execução do plano			
Cálculo	<i>(% de execução do plano diretor de infraestrutura)</i>			
Fonte	SIG	Responsável pelo acompanhamento		PRAD
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
40%	70%	100%	100%	100%

3.3 Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação

Indicador	3.3.1 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados			
Cálculo	$(\frac{n^{\circ} \text{ de processos administrativos e acadêmicos informatizados}}{n^{\circ} \text{ total de processos administrativos e acadêmicos identificados}}) \times 100$			
Fonte	SIG	Responsável pelo acompanhamento		DTIC
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
100%	100%	100%	100%	100%

Indicador	3.3.2 Atualizar o parque tecnológico do IFB			
Cálculo	<i>Definir a métrica com a DTIC</i>			
Fonte	SIG	Responsável pelo acompanhamento		DTIC
Meta				
2019	2020	2021	2022	2023
20%	20%	20%	20%	20%

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Instruções para elaboração de Plano De Desenvolvimento Institucional. Disponível em <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11534.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

BRASIL, Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2019.

CODEPLAN. O perfil da juventude do Distrito Federal. Uma análise dos dados da pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2015/2016. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 2016.

GIDDENS, Antony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

IFB. Resolução nº 13-2018/CS-IFB. Aprova as alterações do Projeto Pedagógico Institucional – PPI do Instituto Federal de Brasília. Disponível em <http://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20%20Alterado.pdf>. Acessado em 15 de janeiro de 2019.

IFB. Resolução nº 001/2017- CS/IFB. Aprova estrutura organizacional do IFB e dá outras providências. Disponível em http://www.ifb.edu.br/attachments/article/13211/Resolu%C3%A7%C3%A3o_01_Organograma%20IFB.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

NERY JÚNIOR, Nélon. Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.